



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2025

EDITAL

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 64/2025)

**COM ITENS E COTAS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO
PORTE E AMPLA CONCORRÊNCIA**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 64/2025, a abertura de licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, destinada à **Registro de Preços, visando à futura e eventual aquisição de ALIMENTOS PERECÍVEIS**, para suprir as necessidades das diversas Secretarias Administrativas Municipais, no atendimento às demandas no desenvolvimento dos serviços públicos, quando na realização de conferências municipais, atendimento a merenda escolar, e programas assistenciais amparados por legislação municipal do Município de São Jorge D'Oeste/PR.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

DATA: 28/05/2025

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h00

SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 O presente pregão tem por objeto o registro de preços, para, por demanda formulada por este MUNICÍPIO, as futuras contratações de **Registro de Preços, visando à futura e eventual aquisição de ALIMENTOS PERECÍVEIS**, para suprir



as necessidades das diversas Secretarias Administrativas Municipais, no atendimento às demandas no desenvolvimento dos serviços públicos, quando na realização de conferências municipais, atendimento a merenda escolar, e programas assistenciais amparados por legislação municipal do Município de São Jorge D'Oeste/PR, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de São Jorge D'Oeste responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 Somente poderão apresentar proposta às empresas legalmente estabelecidas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;



2.3.2 estejam impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 156, III da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, bem como, tenham sido declaradas inidoneas para licitar ou contratar nos termos do artigo 156, IV, da Lei 14.133/2021;

2.3.3 tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de São Jorge D'Oeste, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.3.4 estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5 encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação.

2.3.6 constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.3.7 em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

2.4 A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.4.1 SICAF a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.4.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.4.3 Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes>;

2.4.4 Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

2.5 Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de



participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.7 É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição¹.

CAPÍTULO III – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1 A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2 A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço unitário de cada item, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo I).

3.2.1 Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

3.2.2 Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto para registro.

3.3 Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

3.4 O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

3.4.1 Prazo de entrega dos produtos de, no máximo, **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da requisição de compras/empenho, conforme Termo de Referência.

¹ A vedação se justifica tendo em vista que o objeto não é considerado de alta complexidade ou vulto.



3.4.2 Os prazos de que tratam o item 3.4.1 poderá ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

3.5 A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

3.6 Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

3.7 A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

3.7.1 de condições de participação:

- a) sobre ciência do edital;
- b) sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

3.7.2 para fins de habilitação:

- a) sobre atendimento aos requisitos de habilitação;
- b) sobre inexistência de impedimento à habilitação
- c) sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- e) sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

3.7.3 de cumprimento da legislação trabalhista:

- a) sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;
- b) sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.



3.8 A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

3.9 Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

3.10 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

3.11 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.11.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.12 A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA

4.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

4.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

4.2.1 Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail licitacao@pmsjorge.pr.gov.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

4.3 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a



sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5 No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

4.6 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

CAPÍTULO V – DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

5.1 A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “ABERTO”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

5.2 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 5.3.

5.3 Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

5.3.1 proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

5.3.2 proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;

5.4 Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os



praticados pelo mercado.

5.5 Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 5.3.

CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.2 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4 Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1 Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

6.4.2 Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo pregoeiro.

6.4.3 Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.5.1 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.



6.6 Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível;

6.6.1 A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.7 Durante a disputa, como medida excepcional, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, e consequentemente a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa (Art. 120, §§4º e 5º, do Decreto Municipal 3927/2023).

6.8. Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo de real).

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei nº Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.2 Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3 Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.1 Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

7.3.1.1 a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

7.3.1.2 não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.3.2 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7.4 Os itens 09 e 11 são destinados à ampla concorrência, os demais são exclusivos para Micro e Pequena empresa.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 O critério de julgamento adotado será o de menor preço **POR ITEM**.

8.2. Aplica-se a este Pregão, nos itens/grupos exclusivos para microempresa e empresa de pequeno e nos itens/grupos com cotas reservadas para microempresa e empresa de pequeno, o disposto no Art. 9º, § 2º, do Decreto Municipal nº 4.257/2024 de 04 de abril de 2024, **que estabelece prioridade de contratação para empresas sediadas local e regionalmente**, de acordo com os seguintes termos:

8.2.1. Na situação em que as ofertas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local e regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço válido.

8.2.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local e regionalmente poderá ser contratada sendo pago até 10 % (dez por cento) a mais do melhor preço válido, desde que este valor seja compatível com a realidade do mercado.

8.2.3. Os benefícios referidos no item 8.2.1. serão aplicados prioritariamente às licitantes microempresas e empresas de



**pequeno porte sediadas em âmbito local e posteriormente às
seriadas em âmbito regional.**

8.3. Para fins de aplicação do dispositivo contido no item 8.2.3, considera-se:

8.3.1. LOCAL: Município de São Jorge D'Oeste/PR;

8.3.2. Âmbito Regional - Municípios do Sudoeste do Paraná conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE:

8.3.2.1. MUNICÍPIOS: Ampere, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino.

8.4. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e especificações deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

8.5.1 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 7.2, 7.3, 8.2 e 8.3 deste edital.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

CAPÍTULO IX - DA NEGOCIAÇÃO

9.1 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.1.2 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, ou em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no artigo 60, da Lei 14.133/2021 (Artigo 127, §2º do Decreto 3927/2023).

CAPÍTULO X - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo IV do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.1 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacao@pmsjorge.pr.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

10.1.2 O prazo para envio da proposta é de, no máximo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro quando o prazo estabelecido não for suficiente



para o envio dos documentos exigidos no edital para verificação ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.1.3 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.1.4 O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de ficha técnica, catálogos, *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

10.1.5 A apresentação dos materiais e documentos a que se referem os subitens 10.1.6 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas.

10.1.7 Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.8 A proposta será desclassificada quando:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.1.8.1 O MUNICÍPIO poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea “d” acima.

10.2 O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos



preços unitários ofertados, que não poderão ser superiores aos valores estimados constantes no Termo de Referência (Anexo I).

10.2.1 O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

10.2.2 Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3 Se houver indícios de inexecuibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta, devendo a licitante apresentar Planilha por ela elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

10.2.4 concluída a negociação se houver resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação;

10.2.5 Em sendo o caso, a apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem com o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos encargos Sociais (ES), deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

CAPÍTULO XI - DA HABILITAÇÃO

11.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;



c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça

(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.1.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c”, “d” e “e” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

11.2 Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

11.3 Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 3.6 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:

11.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

c. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.



- d. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
- e. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- f. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
- g. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)** ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- b. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante.
- d. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante.
- e. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).**
- f. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



g. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

h. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.3.3 DECLARAÇÕES:

a. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 3.7.2 deste edital.

b. Declaração unificada, conforme modelo contido no Anexo III.

c. Na ausência da Declaração Unificada elencada no item 11.3.4, considera-se válida as Declarações devidamente preenchidas e dispostas no campo próprio do sistema eletrônico, sendo que a Declaração Unificada será solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

11.4 Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

11.4.1 O prazo para envio dos documentos de que trata o item 11.4 é de, no mínimo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.4.2 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.4.3 Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.5 O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.5.1 Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro



motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.5.1.1 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Av. Iguaçu, 281, Centro São Jorge D'Oeste, Pr, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

11.6 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o **item 11.4**, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

- a. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c. a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

11.6.1 A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 11.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.7 Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

11.7.1 - Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail licitacao@pmsjorge.pr.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.7.2 - O prazo para envio dos documentos é de, no máximo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro quando o prazo estabelecido não for suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para verificação ou, havendo



justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.7.3 - Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.7.4 - Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.8 Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.8.1 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.8.2 Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.9 Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.10 As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.10.2 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à



Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.11 O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

11.11.1 Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

11.12 Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a. identidade dos sócios;
- b. atuação no mesmo ramo de atividades;
- c. data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d. compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e. identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f. identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

11.12.2 Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.12.3 Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que



acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a. inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b. relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2 Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIII – DO RECURSO

13.1 Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

13.1.1 O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

13.1.2 Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

13.1.3 Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.

13.2 Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos



constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

13.2.1 Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3 O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados a Prefeita para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.4 O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Prefeito, quando houver recurso, e pelo Prefeito nos demais casos.

14.2 A homologação deste Pregão compete ao PREFEITO.

14.3 O objeto deste Pregão será adjudicado por item à vencedora do certame.

14.4 Antes da homologação da licitação pela Diretora-Geral, para os fins de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, as licitantes que tenham apresentado propostas não recusadas para itens adjudicados à licitante vencedora, serão convocadas, por meio do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, para que, dentro do prazo estipulado e procedimentos operacionais, manifestem seu interesse em aderir ao cadastro de reserva, desde que aceitem ofertar o objeto a preços iguais ao da licitante vencedora.

CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Após homologado o resultado deste Pregão, o MUNICÍPIO convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, presencialmente, informando o local, data e hora, ou eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

15.1.1 O prazo de convocação de que trata o item 15.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo



apresentado seja aceito pela Administração.

15.1.2 Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 15.1.

15.1.3 O MUNICÍPIO poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 15.1.

15.2 A ata registrará apenas os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva, sendo que o registro das demais licitantes será incluído na ata em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, se houver.

15.2.1 O registro das demais licitantes a que se refere o item 15.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e o inciso II do art. 18 do Decreto Federal nº 11.462/2023 no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ata.

15.2.2 Se houver mais de uma licitante na situação de que trata o item 15.2, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

15.3 Os registros se farão da seguinte forma:

15.3.1 Na ARP os preços e quantitativos da licitante mais bem classificada durante a etapa competitiva;

15.3.2 No anexo da ARP:

15.3.2.1 Os preços e quantitativos das licitantes que aceitaram cotar o objeto desta licitação em valor igual ao da licitante mais bem classificada, estabelecendo inclusive a ordem de classificação.

15.3.2.2 Os preços e quantitativos das licitantes que mantiveram sua proposta original.

15.3.3 Para fins da ordem de classificação, as licitantes de que trata o subitem 15.3.2.1 antecederão aqueles de que trata o subitem 15.3.2.2.



15.3.4 Se houver mais de uma licitante nas situações do subitem 15.3.2, serão registradas segundo a ordem de classificação observada na fase competitiva.

15.4 No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

15.4.1 A convocação das licitantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em valor igual ao da licitante mais bem classificada de que trata o subitem 15.3.2.1 antecederá a convocação das licitantes que mantiveram sua proposta, componentes do cadastro referido no subitem 15.3.2.2.

15.4.2 A convocação das licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta, componentes do cadastro referido no subitem 15.3.2.2, observada a ordem de classificação, será para negociação com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço do adjudicatário.

15.4.3 Se as negociações com todas as licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta forem frustradas, a Administração poderá, observada a ordem de classificação, contratar nas condições inicialmente ofertadas.

15.5 A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

15.5.1 A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

15.6 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

15.7 Nas hipóteses previstas pelos subitens 15.2.1 e 15.4, deverá ser observado o disposto no Capítulo X – Da Aceitabilidade da Proposta, e no Capítulo XI – Da Habilitação.

CAPÍTULO XVI – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



MUNICÍPIO DE **SÃO JORGE D'OESTE**

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

16.1 A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas.

16.1.1. No ato da prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite da quantidade original.

16.2 Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por igual período 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos.

16.3 Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.

CAPÍTULO XVII – DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

17.1 O MUNICÍPIO é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

17.2 Não serão admitidas adesões à(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrente(s) desta licitação.

CAPÍTULO XVIII – DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 A Secretaria de Administração de Contratações do MUNICÍPIO será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, incluindo a aferição e comprovação da continuidade da vantajosidade dos preços registrados, observando-se o disposto no art. 40, no art. 46.

18.2 A convocação do fornecedor beneficiário pelo MUNICÍPIO será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para retirar a respectiva nota de empenho e atender ao pedido.

18.3 O fornecedor beneficiário convocado na forma do item anterior que não comparecer, não retirar a nota de empenho, não atender ao pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste edital e seus anexos.

18.4 Quando comprovada a hipótese acima o MUNICÍPIO poderá convocar o



MUNICÍPIO DE **SÃO JORGE D'OESTE**

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, obedecida a ordem de classificação do certame, na forma dos itens 15.2 e 15.3 deste edital, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

CAPÍTULO XIX – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

19.1 Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro, a Administração promoverá o reajuste de preços mediante apostilamento, e aplicará a variação do índice IPCA ou INPC, o que representar maior vantagem para a contratante. Ainda, o termo inicial será a data do orçamento estimado realizado na etapa preparatória, ou seja, será considerado o mês de fevereiro de 2025, desde que decorrido no mínimo 1 (um) ano de referido marco temporal.

19.2 A repactuação de preços também ocorrerá mediante apostilamento, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em, qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida em contrato.

19.3 O reequilíbrio dos preços registrados será realizado mediante a solicitação do fornecedor ou da administração, a qualquer tempo durante a vigência da ata, com objetivo de restabelecer a relação econômico-financeira entre as partes, será formalizada mediante apostilamento, observando o disposto no inciso II do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

19.4 O pedido realizado pelo fornecedor para reequilíbrio de preços será analisado e respondido no prazo de 10 (dez) dias úteis, e seus efeitos, via de regra, ocorrerão a partir da data do aditivo.

19.5 A emissão de nota de empenho ou ordem de fornecimento, não configurará óbice para analisar o pedido de reequilíbrio de preço.

19.6 A execução do objeto ou a extinção da ata de registros de preços, não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que ao reequilíbrio poderá ser concedido por meio de termo indenizatório.

CAPÍTULO XX – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

20.1 O fornecedor beneficiário terá seu registro de preços cancelado na ARP, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

20.1.1 a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior



devidamente comprovados;

20.1.2 por iniciativa do MUNICÍPIO, quando:

20.1.2.1 o fornecedor:

20.1.2.1.1 - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

20.1.2.1.2 - perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

20.1.2.1.3 - deixar de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

20.1.2.1.4 - não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos e as respectivas notas de empenho decorrentes da Ata de Registro de Preços;

20.1.2.1.5 - sofrer sanção que acarrete a impossibilidade de licitar e contratar com o MUNICÍPIO, em especial nas hipóteses previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

20.1.2.2 configuradas razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

20.1.2.3 caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

20.1.3 Verificada qualquer uma das hipóteses acima, concluído o respectivo processo e após garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o MUNICÍPIO formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao fornecedor beneficiário e aos demais a nova ordem de registro.

20.2 A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:



20.2.1 por extinção da totalidade do seu objeto; e

20.2.2 quando não restarem fornecedores registrados.

CAPÍTULO XXI – DA NOTA DE EMPENHO

21.1 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços o MUNICÍPIO poderá convocar o fornecedor beneficiário para retirada da nota de empenho, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

21.1.1 O prazo de convocação de que trata o item 21.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor beneficiário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

21.1.2 A falta de manifestação no prazo estabelecido acima autoriza o MUNICÍPIO a convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva constante do anexo da Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação, para, nos termos do item 15.2.1, assinar a Ata de Registro de Preços e, posteriormente, retirar a Nota de Empenho em iguais condições.

21.2 Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação.

21.3 A nota de empenho vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 90014/2025, constante do Processo nº 64/2025, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

21.4 O fornecedor beneficiário obriga-se a fornecer o objeto licitado, nas condições estabelecidas no edital e na Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição na nota de empenho, substitutiva do contrato.

21.5 Para a retirada da nota de empenho referida no item 21.1, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

21.5.1 Será permitido o envio da nota de empenho por meio eletrônico (e-mail) ou via fax, desde que o fornecedor beneficiário acuse, por meio eletrônico (e-mail) ou documento oficial e no mesmo prazo estabelecido no item 21.1, o recebimento da mesma.



21.5.1.1 O fornecedor beneficiário deverá informar seu endereço eletrônico (e-mail) para fins do subitem anterior.

21.6 A nota de empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XXII – DA FORMA DE PAGAMENTO

22.1 O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada da nota de empenho, da ordem de fornecimento, bem como do termo de recebimento definitivo do objeto, emitido previamente pelo gestor, nos termos do inciso II, item 23.4 Capítulo XXIII não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos e o pagamento de fornecimentos não executados ou executados de forma incompleta.

22.2 Caberá ao fornecedor beneficiário apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Capítulo XXVII.

22.3 As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade do fornecedor beneficiário.

22.4 Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pelo fornecedor beneficiário de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a este edital, o prazo constante do item 22.1 poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

22.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor beneficiário não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo MUNICÍPIO, entre o término do prazo referido no item 22.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo



pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

22.6 Ainda os pagamentos estão submetidos as regras previstas no que couber aos artigos 159 e 160, do decreto Municipal 3927/2023.

CAPÍTULO XXIII – DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

23.1 A contratada deverá realizar os serviços sem ônus para esta municipalidade, no local indicado na solicitação dos mesmos.

23.2 A contratada deverá **EXECUTAR** o serviço de atendimento no prazo máximo de **ATÉ 10 (dez) dias úteis**, seguindo as instruções do inciso X, do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021, contados da ordem de fornecimento.

23.2.1 O(s) produto(s) será(ão) fornecido(s) em embalagens lacradas e sem apresentar sinais de violação, contendo a sua discriminação, número do lote, prazo de validade, nome do fabricante, endereço e registro no órgão competente.

23.2.2 O transporte dos produtos deverá obedecer a critérios sanitários e de segurança de modo a não afetar a sua identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, a sua esterilidade.

23.3 O fornecedor beneficiário fornecerá o(s) produto(s) conforme a(s) marca(s) e especificação(ões) discriminada(s) em sua proposta, acompanhados de nota fiscal contendo os nomes, as marcas, os lotes de fabricação e seus respectivos quantitativos.

23.3.1 Por motivo de força maior e desde que seja do interesse do contratante, o fornecedor beneficiário poderá entregar um item cuja marca seja diferente daquela especificada na proposta. Essa poderá ser aceita pelo MUNICÍPIO após análise técnica.

23.3.2 Só será aceita a entrega de item de outra marca que comprove possuir o Certificado exigido no item 10.1.1.

23.3.3 Sob hipótese nenhuma, a troca de marca implicará em alteração do



preço do item.

23.4 Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

- I. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.
- II. Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.

23.5 Constatadas irregularidades no material entregue, o MUNICÍPIO poderá:

- I. se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao fornecedor beneficiário providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito;
- II. se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo o fornecedor beneficiário fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

23.6 Ao MUNICÍPIO não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

23.7 Independentemente da aceitação, o fornecedor beneficiário garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação do gestor.

CAPÍTULO XXIV - DA FISCALIZAÇÃO

24.1 Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços.

24.2 O fornecedor beneficiário deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.



CAPÍTULO XXV – DA VIGÊNCIA, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

25.1 As alterações referentes aos Art. 124 e Art. 125 da Lei nº 14.133/2021, estarão condicionadas a existência de regulamento a nível municipal, contemporâneo a solicitação para tais alterações, seguindo instruções do ACÓRDÃO 281/2015 PLENÁRIO TCE/PR.

25.2 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alteradas nas hipóteses e condições estabelecidas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

25.3 A Ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser renovada por igual período, restabelecendo ser saldo originário.

CAPÍTULO XXVI - DA RESCISÃO

26.1 A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão da Ata de Registro de Preços poderá ensejar a rescisão do ajuste e o cancelamento do registro de preços do fornecedor beneficiário responsável pela inexecução, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

26.2 A extinção do ajuste poderá ser:

- I. determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. consensual, por acordo entre as partes; ou
- III. determinada por decisão judicial.

26.3 A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do MUNICÍPIO.

26.4 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO XXVII – DAS PENALIDADES

27.1 A recusa injustificada da adjudicatária e/ou do fornecedor beneficiário em assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a respectiva nota de empenho no prazo estabelecido nos itens 15.1 e 21.1 caracterizará o descumprimento total do



compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

27.2 Os fornecedores do cadastro de reserva que, na hipótese de aceitarem as convocações previstas neste edital e, posteriormente, recusarem-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a nota de empenho, ficarão também sujeitos às sanções referidas no item 27.1.

27.3 Caso a licitante e/ou o fornecedor beneficiário, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

27.3.1 Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

27.3.1.1 aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da nota de empenho; e

27.3.1.2 determinar a rescisão unilateral do ajuste.

27.4 O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

27.4.1 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

27.4.2 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

27.4.3 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo);

27.4.4 Findo o prazo do subitem 27.4.3 será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados no subitem 27.3.1.1.

27.5 Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 27.3 a 27.4 deste edital, a nota de empenho e a própria Ata de Registro de Preços poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.



27.6 A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor beneficiário ou, em último caso, cobrada judicialmente.

27.7 Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

27.8 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XXVIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

28.1 Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@pmsjorge.pr.gov.br.

28.2 Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

28.2.1 A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

28.3 Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

28.4 Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@pmsjorge.pr.gov.br.

28.4.1 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

28.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no Portal da Transparência do MUNICÍPIO para os interessados.



CAPÍTULO XXIX - DO REGIME DE EXECUÇÃO

29.1 O fornecedor beneficiário deverá fornecer o objeto a ele adjudicado, nas quantidades solicitadas pelo MUNICÍPIO, após o recebimento da nota de empenho, que deverá estar acompanhada da ordem de fornecimento.

29.2 As ordens de fornecimento indicarão detalhadamente: local de entrega, prazo, órgão requisitante, especificações, quantidades, e todas as informações que se fizerem pertinentes.

29.3 Caberá ao fornecedor beneficiário o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

29.4 A comunicação entre o MUNICÍPIO e o fornecedor beneficiário se dará pelos e-mails administracao@pmsjorge.pr.gov.br ou compras@pmsjorge.pr.gov.br.

CAPÍTULO XXX - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

30.1 São obrigações do fornecedor beneficiário, além de outras previstas neste edital ou decorrentes da natureza do ajuste:

- a. manter durante a execução deste ajuste as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- b. apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- c. efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;
- d. responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino.

30.2 O fornecedor beneficiário responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste.

30.3 O fornecedor beneficiário não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços a terceiros.



30.4 Não poderá o fornecedor beneficiário veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente ajuste, salvo autorização específica do MUNICÍPIO.

30.5 Aplicam-se ao ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CAPÍTULO XXXI - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

31.1 O Município e o fornecedor beneficiário se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente ajuste.

31.2 O fornecedor beneficiário declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo MUNICÍPIO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

31.3 É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução deste ajuste para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

31.4 As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução deste ajuste, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do presente ajuste.

31.5 O fornecedor beneficiário fica obrigado a comunicar ao MUNICÍPIO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

31.6 Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação



aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste ajuste e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CAPÍTULO XXXII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1 O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

32.2 Integram este edital os seguintes anexos: Anexo I – Termo de Referência; Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços; e Anexo III – modelo de apresentação de proposta; ANEXO IV – Declaração Unificada.

32.3 Os atos normativos do Município referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www.pmsjorge.gov.br> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

32.4 É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

32.5 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

32.6 As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do Pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

32.7 A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Município no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

32.8 As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do



MUNICÍPIO DE **SÃO JORGE D'OESTE**

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam o Município, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

32.9 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XXXIII – DO FORO

33.1 Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro São João, na cidade de São João, Paraná, com exclusão de qualquer outro.

São Jorge D'Oeste, 14 de maio de 2025

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
PREFEITO



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 046/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
INTRODUÇÃO

Conceito e elementos.

O Termo de Referência (TR), é o documento constitutivo, elaborado a partir dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e definirá o objeto para atendimento da necessidade (art. 65 do Decreto nº 3.927/2023); deverá estar alinhado com o Plano de Contratação Anual (PCA), além de outros instrumentos de planejamento da Administração (art. 66 do Decreto nº 3.927/2023); será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, pela equipe de planejamento da contratação (art. 67 do Decreto nº 3.927/2023); e ainda, deverá ser divulgado na mesma data do edital ou do aviso de contratação direta, como um anexo do processo administrativo (art. 68 do Decreto nº 3.927/2023).

Sua elaboração será em conformidade com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelo Art. 69 do Decreto Municipal nº 3.927/2023, nos seguintes termos:

"Deverão ser registrados no TR os seguintes parâmetros e elementos descritivos:" (caput do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023).

*"I - **definição do objeto** [...]" (inciso I do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 1** deste documento;*

*"II - **fundamentação da contratação** [...]" (inciso II do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 2** deste documento;*

*"III - **descrição da solução como um todo** [...]" (inciso III do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 3** deste documento;*

*"IV - **requisitos da contratação**;" (inciso IV do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 4** deste documento;*

*"V - **modelo de execução do objeto**, [...]" (inciso V do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 5** deste documento;*

*"VI - **modelo de gestão do contrato**, [...]" (inciso VI do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 6** deste documento;*

*"VII - **critérios de medição e pagamento**;" (inciso VII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 7** deste documento;*

*"VIII - **forma e critérios de seleção do fornecedor** [...];" (inciso VIII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 8** deste documento;*

*"IX - **estimativas do valor da contratação**, [...]" (inciso IX do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 9** deste documento;*

*"X - **adequação orçamentária**, [...]" (inciso X do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 10** deste documento;*

O presente Termo de Referência apresenta as condições ponderadas pela contratante, visando a contratação de fornecedores para atender a demanda de serviços e/ou de produtos, os quais, estando vinculados a finalidade de atender aos anseios desta municipalidade.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições aqui estipulados não são classificadas como sigilosas, conforme os nos termos previstos na Lei nº 15.527/2011, e portanto, é condição de eficácia, a execução do que disciplina o Art. 68 do Decreto Municipal nº 3.927/2023.



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 046/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)
Órgão gestor:

Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, conforme os termos de Art. 192 do Decreto nº 3.927/2023.

Órgãos participantes:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
Secretaria Municipal de Assistência Social;
Secretaria Municipal de Saúde;
Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Planejamento e Turismo;
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos.
Secretaria Municipal Geral de Governo

Planejamento municipal:

Verifica-se a consonância com o Plano de Contratação Anual, elaborado pela Administração Municipal para o ano de 2025, regulamentado no art. 30º do Decreto nº 3.927/23, publicado e disponível para consulta em: <https://pmsjorge.pr.gov.br/divulga-licitacoes/plano-anual-de-compras/>

Responsáveis pela elaboração deste Termo de Referência

Membros requisitantes:

- Secretário Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, nomeado pelo Decreto nº 4496/2025, o Senhor CLAIR MARIANO DA COSTA;
- Secretária de Educação, Cultura e Esportes, nomeada pelo Decreto nº 4484/2025, a Sra. NEIDE LORENCENA;
- Secretária de Assistência Social, nomeada pelo Decreto nº 4499/2025, a Sra. ELIANE TERESINHA GATTINI FERREIRA;
- O Agente de Contratação (Fase de Planejamento), o servidor Clodoaldo Blank, nomeado pela Portaria nº 2865/2025.

SEÇÃO 1 – DAS DEFINIÇÕES DO OBJETO

(inciso I do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

1.1 – OBJETO.

Pregão eletrônico, para Registro de Preços, visando à futura e eventual aquisição de ALIMENTOS PERECÍVEIS, para suprir as necessidades das diversas Secretarias Administrativas Municipais, no atendimento às demandas no desenvolvimento dos serviços públicos, quando na realização de conferências municipais, atendimento a merenda escolar, e programas assistenciais amparados por legislação municipal do Município de São Jorge D'Oeste/PR.

1.1.1 DA NATUREZA DO OBJETO



O objeto desta contratação é caracterizado como produto de natureza comum, conforme os termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.1.2 DA QUALIFICAÇÃO DO OBJETO

Verifica-se e certifica-se que os itens objeto desta contratação não se enquadram como artigos de luxo com características descritas no art. 41 do Decreto nº 3.927/23.

1.1.3 DO QUANTITATIVO PRETENDIDO

1.1.3.1 O quantitativo estimado para esta contratação apresenta-se conforme abaixo:

ITEM	CÓD. EQUIP.	Nome do produto	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE
	3260	ABACAXI PEROLA NATURA - KG	ABACAXI PEROLA IN NATURA - KG. Peso mínimo por unidade de 1kg.	UND	100
	5972	AMENDOIM DEBULHADO - KG.	AMENDOIM DEBULHADO - KG. Torrado e sem pele, livre de sujidades e mofo. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações e conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 4 meses após o ato de entrega. Embalado a vácuo. Acondicionado em embalagem plástica de 1 kg.	UND	100
	6603	AMENDOIM TORRADO MOÍDO KG.	AMENDOIM TORRADO MOÍDO - KG. Sem casca, sem pele e sem sal. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações e conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 4 meses após o ato de entrega. Embalado a vácuo.	UND	140
	6492	APRESUNTADO COZIDO FATIADO KG.	APRESUNTADO COZIDO FATIADO - KG. Obtido de pernil ou outra parte do suínho com aspecto, cor e cheiro e sabor próprio; apresentação: fatiado e embalado em bandeja de isopor com filme plástico, devidamente identificado com a marca do produto, peso e data de validade; estado de conservação: resfriado. Atende à IN 60 da ANVISA.	KG	256
	6640	BANANA IN NATURA - CATURRA	BANANA IN NATURA - CATURRA	KG	12220
	6492	BANHA DE PORCO 1KG	BANHA DE PORCO 1KG Cor e aspecto próprio do produto, livre de impurezas e embalagens de no mínimo 1kg. Validade mínima 6 meses. No rótulo da embalagem primária deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade e certificado de Inspeção Federal (SIF) ou estadual (SIE).	UND	10
	5481	BATATA INGLESA KG	BATATA INGLESA - KG. Coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Lavada, em perfeitas condições de conservação e maturação, pesando entre 100 a 300 gramas a unidade.	KG	3050
	5533	CARNE BOVINA EM PEDACOS (IN NATURA) - KG.	CARNE BOVINA EM PEDACOS (IN NATURA) - KG. Exceto costela, músculo (pescoço) resfriados, isenta de temperos ou aditivos, ou de substâncias estranhas que sejam impróprias para o consumo (físicas, químicas e organolépticas). Deve ser acondicionada em embalagem primária, acondicionada em pacotes de polietileno reforçado. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 3 dias.	KG	3000
	6493	CARNE BOVINA MOÍDA - KG.	CARNE BOVINA MOÍDA - KG. Fresca, tipo dianteira, músculo, paleta ou acém, sem pelanca, sem sebo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, com no máximo 10% de gordura, acondicionada em embalagem plástica de no máximo 2 kg, atóxica, transparente e resistente. Embalagem: primária deve estar intacta e acondicionada em pacotes de polietileno reforçado, com no máximo 2 kg por pacote.	KG	6000



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

			pacote. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 30 dias.		
	6494	CARNE DE FRANGO FILÉ DE PEITO - KG	CARNE DE FRANGO, FILÉ DE PEITO - KG. Sem osso, Congelado. Embalagem primária resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 6 meses após o ato da entrega. Embalado sem acúmulo de líquidos em seu interior.	KG	2500
	6423	CARNE DE FRANGO COXA SOBRECOXA - KG	CARNE DE FRANGO: COXA SOBRECOXA - KG. Congelada, sem dorso, acondicionada em pacotes de aproximadamente 1 kg, e isento de aditivos e substâncias estranhas ao produto que sejam impróprias para o consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Embalagem primária de polietileno reforçado. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade e composição nutricional. Processamento máximo de 30 dias. Validade mínima de 3 meses após o ato da entrega.	KG	5000
	1025	CEBOLA DE CABEÇA - KG.	CEBOLA DE CABEÇA - KG. Características: Cebola de cabeça graúda, de qualidade, de 70 a 90 mm de diâmetro, tipo especial, pesando entre 100 a 200 g por unidade, limpas, com colorações próprias, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	2000
	5192	CENOURA NATURA - KG	CENOURA IN NATURA - KG. Características: classe média, tipo especial, pesando entre 70 a 140 gramas a unidade. Composição das raízes de 12 a 17 cm de comprimento e 2,5 cm de diâmetro. Devem apresentar as características de cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, não lenhosas, bem formadas, limpas, com coloração uniforme, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições e maturação. Embalagem plástica contendo etiqueta com a identificação e peso do produto.	KG	2000
	6546	CUCA TRADICIONAL COM RECHEIO - KG.	CUCA TRADICIONAL COM RECHEIO - KG. Sabores diversos (doce de leite, brigadeiro; ricota ou nata. Deverá ser acondicionada em embalagem primária resistente. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 1 dia.	KG	125
	5519	CUCA TRADICIONAL SEM RECHEIO - KG	CUCA TRADICIONAL SEM RECHEIO - KG. Deverá ser acondicionada em embalagem primária resistente. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento,	KG	265
	5918	DOCE DE FRUTAS 400G.	DOCE DE FRUTAS - 400G. Tipo pasta, sabores variados. Embalagem resistente contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: informações nutricionais; data de fabricação; prazo de validade. Validade mínima de 3 meses da data da entrega.	UND	70
	4557	DOCE DE LEITE EM PASTA - POTE COM 1KG	DOCE DE LEITE EM PASTA, ingredientes leite pasteurizado ou em pó, açúcar, xarope de glicose, amido, lactase, conservante, estabilizante, regulador de acidez, bicarbonato de sódio, embalagem pote de no mínimo 1 kg, apresentar registro de marca na ANVISA. Validade mínima 6 meses.	UND	50
	6495	FERMENTO BIOLÓGICO CONGELADO EMBALAGEM COM 500GR	FERMENTO BIOLÓGICO CONGELADO, instantâneo, embalagem com 500g. Validade mínima 6 meses.	UND	210
	5230	GROSTOLI DOCE - KG	GROSTOLI DOCE - KG. Deverá ser acondicionada em embalagem primária resistente. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 1 dia.	KG	170
	5486	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS NATURAIS - 1LT. Pronto para beber e sabores diversos. Embalagem resistente, contendo rotulagem com as informações e	UND	3000



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

		NATURAIS - 1LT.	conformidade com a legislação vigente, evidenciando: informações nutricionais, data de fabricação; prazo de validade. Validade mínima de 30 dias da data de entrega.		
	4576	LARANJA BAHIA NATURA - KG.	LARANJA BAHIA IN NATURA - KG. As frutas devem apresentar-se nas condições de consumo, firmes e com grau de maturação ideal para consumo imediato.	KG	2000
	6496	LARANJA PERA	LARANJA PERA. Características: Laranja pera, grupo I, classe 2 a 4 (de 85 a 95 mm) tipo especial. Deve apresentar as características do cultivar bem formada, limpa, com colorações próprias, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem plástica contendo etiqueta com a identificação e peso do produto.	KG	2000
	6362	MAÇÃ IN NATURA TIPO FUGI - KG.	MAÇÃ IN NATURA TIPO FUGI - KG. Em perfeitas condições de consumo imediato. Tamanho e coloração uniformes; não danificadas, sem machucados.	KG	5000
	6496	MAÇÃ IN NATURA TIPO GALA - KG.	MAÇÃ IN NATURA TIPO GALA - KG. A fruta deve apresentar-se em condições de consumo, compacto, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie.	KG	4000
	3917	MAMÃO FORMOSA NATURA - KG.	MAMÃO FORMOSA IN NATURA - KG. Fruta em condições de consumo imediato.	KG	2140
	6496	MANGA ROSA NATURA - KG.	MANGA ROSA IN NATURA - KG. Fruta compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie. em condições de consumo imediato.	KG	400
	5975	MANTEIGA SEM SAL EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 200GR	MANTEIGA SEM SAL, embalagem de no mínimo 200gr, de primeira qualidade, obtida do creme de leite (nata) padronizado, pasteurizado e maturado, com teor mínimo de 80% de lipídeos, embalagens retangulares com dados de identificação, data de fabricação e validade, lote, registro do Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA). Validade de no mínimo 4 meses.	UND	600
	6492	MASSA DE PÃO DE QUEIJO - 1KG.	MASSA DE PÃO DE QUEIJO - 1KG. Embalagem resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade; composição de ingredientes e nutricional e registro no órgão competente. Validade mínima de 2 meses da data da entrega. Ingredientes Fécula de mandioca, Leite integral, ovos, polvilho, óleo de soja, queijos, batata, manteiga, sal, leite, ovos e derivados de leite e soja. Sem presença de glúten.	KG	320
	6497	MASSA DE PASTEL MÉDIO - 500G.	MASSA DE PASTEL - MÉDIO - 500G. Tamanho Médio, interfoliadas. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 2 meses após o ato da entrega.	UND	320
	6283	MELADO - 1KG.	MELADO - 1KG. Com aspecto, cor, cheiro e sabor característicos. Isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 3 meses após o ato da entrega.	UND	10
	7330	MELANCIA NATURA - KG.	MELANCIA IN NATURA - KG. A fruta deverá estar em condições de consumo imediato.	KG	13600
	6421	MELÃO AMARELO NATURA - KG	MELÃO AMARELO IN NATURA - KG. A fruta deverá estar em condições de consumo imediato.	KG	1000
	6497	MILHO DE PIPOCA NATURA - 500G.	MILHO DE PIPOCA IN NATURA - 500G. Embalagem resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 3 meses após o ato da entrega.	UND	300



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

6608	MORTADELA FRANGO 1KG	MORTADELA FRANGO 1KG. Constituída de carne de frango trituradas, compostas de condimentos e outras substâncias alimentares, apresentando no máximo 25% de umidade, de primeira qualidade, isento de sujidades e outras substâncias estranhas a sua composição, acondicionado em saco plástico, atóxico contendo externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA. Validade de 90 dias.	KG	500
6608	MORTADELA SEM TOUCINHO 1KG	Mortadela sem toucinho 1kg, constituída da mistura de carnes bovina e suína misturadas e trituradas, composta de condimentos e outras substâncias alimentares, até 25% de umidade, de primeira qualidade, isento de sujidades e outras substâncias estranhas a sua composição, sem adição de cubos de toucinho, acondicionado em embalagem plástica atóxica.	KG	500
6497	NATA 300G.	NATA 300G. Creme de leite pasteurizado. Fabricada a partir de matérias primas e limpas, deverá apresentar aspecto e cheiro característico, livre de sujidades e substâncias nocivas. Embalagem resistente, contendo rotulagem com informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade, composição nutricional e o número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA. Validade mínima 15 dias após o ato de entrega.	UND	165
6497	OVOS - DZ	OVOS - DZ. Características: Ovos vermelhos ou brancos de galinha, fresco, tamanho médio ou superior, pesando no mínimo 55 g por unidade. Deve estar embalado em bandeja descartável, com capacidade para 12 ovos, com identificação do produtor e prazo de validade. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, devidamente lacrada com fita adesiva e identificada com rótulo e etiqueta, conforme legislação vigente. Deve ter certificado de Inspeção Estadual (SIE) ou Federal (SIF). Validade: mínimo 30 dias da data de entrega.	UND	2000
6411	PÃO DE MILHO - KG	PÃO DE MILHO - KG. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 4 dias após o ato da entrega.	KG	100
5919	PÃO FATIADO - KG.	PÃO FATIADO - KG. Pão fatiado fresco Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 4 dias após o ato da entrega.	KG	1500
6411	PÃO TIPO FRANCÊS - KG.	PÃO TIPO FRANCÊS - KG. Pães frescos de aproximadamente 50 a 60 g, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quando estiver quente. Embalagem atóxica, com identificação do produto, valor nutricional, peso líquido, fabricante, data de fabricação.	KG	3000
5230	PÃO TIPO HOT DOG - KG.	PÃO TIPO HOT DOG - KG. Pães frescos de aproximadamente 50 a 60 g, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quando estiver quente. Embalagem atóxica, com identificação do produto, valor nutricional, peso líquido, fabricante, data de fabricação.	kg	2500
6325	PINHÃO IN NATURAL - KG.	PINHÃO IN NATURAL - KG. Sementes maduras, de boa qualidade, boa formação e sem falhas.	KG	50
6283	POLPA DE FRUTA (SABORES DIVERSOS)	POLPA DE FRUTA (SABORES DIVERSOS), composto líquido extraído pelo esmagamento das partes comestíveis de frutas carnosas; apresentação na forma de polpa de fruta congelada; qualidade do líquido obtido da fruta madura e seu rendimento: cada 01kg faz-se de 04 a 06 litros de suco, isento de fragmentos de partes não comestíveis e de resíduos orgânicos, sem adição de açúcar; sem conservantes, aromatizantes e outros aditivos; cor, cheiro e sabor próprios, desde que mantidos congelados a -18° C; acondicionada em 10 embalagens de 100 gramas em pacotes de 01 kg. Data de fabricação e prazo de validade impressos na embalagem, necessariamente, conforme a legislação vigente, registrado junto ao órgão competente.	KG	1500



			mapa (ministério da agricultura).		
	5188	QUEIJO MUÇARELA - KG.	QUEIJO MUÇARELA - KG. Fatiado e interfoliado, Embalagem externa resistente contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 30 dias após o ato da entrega.	KG	900
	5350	SALGADINHOS FRITOS - CENTO.	SALGADINHOS FRITOS - CENTO. Salgadinhos misto (pastel, coxinha, bolinha, queijo, kibe, enroladinho de salsicha, etc). Peso individual de aproximadamente 20g. Para a entrega, deverão ser dispostos em bandejas apropriadas à quantidade do cento.	UND	650
	6498	SALSICHA DE CARNE BONIVA/SUÍNA - KG	SALSICHA DE CARNE BONIVA/SUÍNA - KG. Embalagem externa resistente contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 3 meses após o ato da entrega.	KG	800
	5916	SALSICHA DE FRANGO - KG	SALSICHA DE FRANGO - KG, sem corante, sem pimenta, aspecto próprio, não amolecido, nem pegajoso, cor própria, sem manchas. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 3 meses após o ato da entrega.	Kg	100
	6283	SUCO DE FRUTAS SABORES DIVERSOS - 1 LITRO	SUCO DE FRUTAS SABORES DIVERSOS, sem conservantes. Suco de frutas produzido 100% com suco natural, contendo somente açúcares da própria fruta sem adição de ingredientes artificiais e corantes. Embalagem de 1 litro, sabor a ser escolhido pelo solicitante no ato da requisição.	UND	100
	7257	TOMATE IN NATURAL TIPO ESPECIAL - KG	TOMATE IN NATURAL TIPO ESPECIAL, longo ou redondo, com diâmetro mínimo de 6cm. Com grau de maturação tal que lhes permita suportar transporte, manipulação e conservação adequada para consumo imediato.	KG	3500

1.1.4 PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de preços, podendo, ao término, ser renovado, e no que concerne ao quantitativo, poderá ser renovado ao quantitativo original, ao prazo de vigência, poderá ser prorrogado por igual período até o limite decenal, nos termos dos Art. 84, Art. 107 e Art. 108 da Lei nº 14.133/2021.

1.1.5 DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

As alterações referentes aos Art. 124 e Art. 125 da Lei nº 14.133/2021, estarão condicionadas a existência de regulamento a nível municipal, contemporâneo à solicitação para tais alterações, seguindo instruções do ACÓRDÃO 281/2015 PLENÁRIO TCE/PR.

1.2 - LOCAL DE ENTREGA

O local de entrega dos produtos, estará destinado nas requisições dos produtos. Uma vez que por esta Ata de Registro de Preços, objetiva-se o atendimento generalizado das demandas da Administração.

Isto justifica-se exatamente pelas características dos produtos e igualmente pelas características de consumo dos mesmos. Portanto, é previsível e possível, que o local de entrega dos produtos seja variado, pelo exposto acima.



Caso concreto, há aqueles produtos destinados a merenda escolar, que não só o local, mas ainda o horário que deverá acontecer a entrega nas escolas indicadas na requisição.

Ademais, outros produtos entrega dos materiais deverá ser no almoxarifado central, localizado a Av. Santa Catarina, nº 697, centro, São Jorge D'Oeste, ou em outro local, ainda que nos limites do município, quando determinado pelo responsável daquele setor. Caso que deverá ser observado quando da entrega dos produtos, que ocorra entre às 7h30 e 11h30, ou então, das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.

1.3 – DA ADOÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.3.1 Será adotado o SISTEMA DE REGISTRO PREÇOS – SRP, nos termos do Art. 190 e do Art. 192 do Decreto nº 3.927/2023, e no que couber, o que disciplina os Art. 82 ao 86 do Lei Nº 14.133/2021.

1.3.2 Quantidade mínima por requisição, definida pelo Secretário da pasta, não inferior e 1% do quantitativo por item.

1.4 – DA DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP)

NÃO SERÁ DIVULGADA A IRP, amparado pelo §1º do Art 86 da Lei nº 14.133/2021, que prevê a sua dispensa, mediante justificativa, a saber:

1.4.1 A Administração Municipal não dispõe de recursos para gerenciar a Ata de Registro de Preços, na hipótese de permissão à adesão por outros entes federados, nem como participantes, e nem mesmo, na modalidade “carona”.

1.4.2 Considera-se para esta contratação, a UASG nº 926478 (Município de São Jorge D'Oeste/PR) como a única contratante.

1.4.2.1 Justifica-se como única contratante, em função do Estudo Técnico Preliminar, considerar apenas os elementos da frota da referida UASG, para compor o quantitativo solicitado por este procedimento licitatório.

SEÇÃO 2 - FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(inciso II do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

2.1 O objeto solicitado por esta contratação, é de consumo contínuo. E por esta Ata de Registro de Preços, ainda que gerenciada pela Secretaria de administração, Contabilidade Finanças, a mesma será para atender as demandas de todas as Secretarias Municipais, podendo ainda, vir a atender a demanda ampara da por Leis Municipais vigentes, bem como se for o caso de futuras alterações ou em que pese, Leis que fundamentarão novos programas instituídos e que poderão abranger os referidos produtos. E em tempo, *as necessidades das demais Secretarias Administrativas, compreendendo produtos destinados a lanches dos servidores (conforme orientação do controle interno), organização de eventos, ou rodadas de conversação com a população ou autoridades, em se tratando de assuntos voltados a municipalidade, inclusive, poderá por esta Ata de Registro de Preços, atender a demanda da Merenda Escolar, sendo requisitada por conta de despesa própria;*

2.1.1 Quando se fala em legislação, destaca-se que por esta contratação, alguns itens poderão ser requisitados em forma de destaque, em função da obrigatoriedade do Município na prestação de contas por força de vinculação de recursos ou de cumprimentos de legislação



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

vigente.

2.1.2 Destaca-se que o quantitativo solicitado suportará as demandas das demais secretarias administrativas.

2.2. Diante do exposto, torna-se imprescindível a aquisição, uma vez que a Administração não dispõe de outra contratação vigente para requisitar os referidos produtos.

SEÇÃO 3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(inciso III do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

3.1 DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

Durante o Estudo Técnico Preliminar, considerou-se o seguinte cenário possível para a solução do problema apresentado:

Cenário 1 – Contratar empresa, selecionada de forma natural pela competitividade de mercado, buscando o fornecimento dos itens acondicionados em embalagens conforme suas características e necessidades próprias de transporte e armazenamento, sendo produtos alimentícios perecíveis, congelados, e aqueles não perecíveis em embalagem diferentes, ainda quando for o caso indicado pela secretaria demandante, entregue em locais diferenciados de consumo (caso dos pães), observado os horários que devem acontecer as entregas.

Consideramos VIÁVEL pois, mesmo que o critério de julgamento adotado seja menor preço por item, sempre há empresas com condições diferenciadas em alguns itens, e isso promoverá ampla disputa, que por fim, irá proporcionar economicidade ao Município.

SEÇÃO 4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(inciso IV do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

4.1 Trata-se de um procedimento de **PREGÃO ELETRÔNICO**, para a assinatura de **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com a empresa que apresentar a melhor proposta, em função do **MENOR PREÇO** por **ITEM**. Como são produtos de grande amplitude de mercado, assim não há o que considerar sobre a redução de competitividade entre os licitantes, e com isso, busca-se pela vantajosidade para a contratante, mantendo as condições de qualidade do objeto.

4.2 O produto seja entregue em conformidade com o disposto na Proposta Comercial apresentada, no tocante a marca, embalagem e características dos produtos, aceitas no certame.

4.3 A contratada deverá observar, no que couber, as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.4 A contratada também poderá adotar outros critérios que garantam a sustentabilidade.

4.5 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão de ser uma contratação de curto prazo e pelas características do objeto.

SEÇÃO 5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

(inciso V do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

5.1 O prazo de execução do objeto será de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento pela empresa da requisição de compras/empenho enviado pela secretaria requisitante, na forma que se segue:

5.1.1 Fica acordado da entrega imediata, partir da requisição pela Secretaria interessada;

5.2 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.2.1 Fica a contratada, **obrigada a enviar no momento da emissão do documento fiscal, o arquivo XML da Nota Fiscal** no e-mail oficial: compras@pmsjorge.pr.gov.br sendo



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

condição obrigatória para empenho.

5.2.2 A contratante encaminhará a Nota de Empenho à contratada com vistas à apresentação de garantia de recursos financeiros para a contratação do objeto;

5.2.3 A contratante encaminhará as informações necessárias à emissão dos documentos fiscais relativos a aquisição;

5.3 Das garantias dos produtos:

5.3.1 No que couber, a garantia dos produtos, seguirá os termos da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

SEÇÃO 6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

(inciso VI do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

6.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

6.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada uma das partes, responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.1.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo Gestor do contrato, o Senhor Clair Mariano da Costa, Secretário da Pasta, e fiscalizada pela fiscal administrativa dos contratos e atas de registro de preços, a servidora Ariani Becker, ainda, pelo fiscal técnico o servidor Gerson Auler, e ainda, estará sob a responsabilidade de fiscalização setorial, dos demais servidores nomeados pelo Decreto nº 4.591/2025, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput.

6.1.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.4.1 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.1.4.2 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.1.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.1.7 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.7.1 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.1.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.1.9 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos



mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).

6.1.10 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.1.11 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

SEÇÃO 7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

(inciso VII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

7.1 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

7.1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não atender ao que fora requisitado pela Secretaria demandante;
- b) não observado o tempo máximo para execução do objeto;

7.1.2 A utilização do disposto neste item não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da execução do objeto.

7.2 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

7.2.1 O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.2 O contratante realizará inspeção minuciosa do objeto executado, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo uso do objeto, com a finalidade de verificar a adequação da entrega e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.2.2.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da execução do objeto, realizada em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.2.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.2.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.2.4 No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.2.2.5 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.2.6 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da



contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

7.3.1 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.3.1.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.3.1.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos produtos, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.3.1.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.3.2 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4 DO PAGAMENTO

7.4.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do produto, conforme este Termo de Referência.

7.4.2 O pagamento será feito pelo Município de São Jorge D'Oeste de forma parcelada, na periodicidade definida em contrato, de acordo com a periodicidade do encaminhamento da documentação relacionada no item 7.3

7.4.3 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, subsequentes ao recebimento definitivo.

7.4.4 O Município de São Jorge D'Oeste poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a tributos, multas ou indenizações devidas pelo(a) fornecedor(a), incidentes sobre a execução do objeto da contratação.

7.4.5 O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

7.4.6 O Município de São Jorge D'Oeste, tem regulamentado no Art. 159 do Decreto nº 4.393/2024, a **ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS**. Aos pontos sobre as possibilidades de alteração desta ordem cronológica e classificatória para a efetivação dos pagamentos, poderá ser nas condições do Art. 160 do Decreto nº 4.393/2024.

7.4.7 O setor competente para proceder com pagamento, deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- g) acompanhado da requisição dos serviços.

7.4.8 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, a ordem cronológica para o pagamento, é novamente reestabelecida, e iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.4.9 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

bancária para pagamento.

7.4.10 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas nesta contratação.

7.4.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.4.12 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.4.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.4.14 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.4.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.4.16 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.4.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.4.18 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.4.19 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = (6 / 100) I = 0,00016438$

I = (TX) 365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.5 DO REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO DE PREÇOS REGISTRADOS:

7.5.1 Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro, a Administração promoverá o reajuste de preços mediante apostilamento, e aplicará a variação do índice IPCA ou INPC, o que representar maior vantagem para a contratante. Ainda, o termo inicial será a



data do orçamento estimado realizado na etapa preparatória, ou seja, será considerado o mês de fevereiro de 2025, desde que decorrido no mínimo 1 (um) ano de referido marco temporal.

7.5.2 A repactuação de preços também ocorrerá mediante apostilamento, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em, qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida em contrato.

7.5.3 O reequilíbrio dos preços registrados será realizado mediante a solicitação do fornecedor ou da administração, a qualquer tempo durante a vigência da ata, com objetivo de restabelecer a relação econômico-financeira entre as partes, será formalizada mediante apostilamento, observando o disposto no inciso II do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.5.3.1 O pedido realizado pelo fornecedor para reequilíbrio de preços será analisado e respondido no prazo de 10 (dez) dias úteis, e seus efeitos, via de regra, ocorrerão a partir da data do apostilamento.

7.5.3.2 A emissão de nota de empenho ou ordem de fornecimento, não configurará óbice para analisar o pedido de reequilíbrio de preço.

7.5.3.3 A execução do objeto ou a extinção da ata de registros de preços, não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que ao reequilíbrio poderá ser concedido por meio de termo indenizatório.

7.6 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.6.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.6.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.6.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.6.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.6.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.6.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

7.6.7.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

7.6.7.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

7.6.7.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

7.6.7.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.6.8 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.6.9 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

7.6.10 Cientificar o órgão de representação junto a procuradoria municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.6.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.6.12 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 10 (dez) para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.6.13 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

7.6.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.7 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.7.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.7.1.1 executar o objeto da contratação conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

7.7.1.2 reparar, corrigir ou remover, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.7.1.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Municipalidade ou ao órgão municipal, ou ainda à algum bem público municipal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.7.1.4 utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.7.1.5 vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010 e Inciso V do Parecer Jurídico nº 001.01.2018, da Assessoria Jurídica do Município de São Jorge D'Oeste/PR;

7.7.1.6 quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

7.7.1.7 responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

7.7.1.8 comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.7.1.9 prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.7.1.10 paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.7.1.11 promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

7.7.1.12 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

7.7.1.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.7.1.14 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

7.7.1.15 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.7.1.16 executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7.7.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

7.8 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.8.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

7.8.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento, de qualquer uma das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) Multa de:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso



de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.8.3 As sanções previstas nos subitens "i", "iii" e "iv" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.8.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico ou lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia.	3
6	Para os itens a seguir, deixar de: Registrar e controlar diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	1
7	Para os itens a seguir, deixar de: Cumprir determinação formal de instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	2
8	Para os itens a seguir, deixar de: Substituir empregado que s	1



	conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	
9	Para os itens a seguir, deixar de: Cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Referência, do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	3
10	Para os itens a seguir, deixar de: Indicar e manter durante execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	1
11	Para os itens a seguir, deixar de: Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	1

7.8.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

7.8.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.8.5.2 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.8.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.8.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

7.8.8 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.8.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

SEÇÃO 8- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(inciso VIII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado quando apresentar a melhor proposta comercial por ITEM, com valores não superiores aos apurados na pesquisa de preços realizada pela contratante e admitidos por este instrumento como preço máximo para a contratação.

8.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanções impostas à pretensa contratada, que a impeça de contratar com a Administração Pública, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.12.1.1 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.12.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.12.1.4 Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br.

8.12.1.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

8.12.1.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

8.12.1.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

8.12.1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.12.2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);



MUNICÍPIO DE **SÃO JORGE D'OESTE**

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

8.12.2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.12.2.4 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.12.2.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.12.2.6 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.7 prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.12.2.7.1 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.13 HABILITAÇÃO TÉCNICA

Não se aplica.

8.14 HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

Verificou-se que diante do caso concreto, que a não obrigatoriedade de apresentação dos requisitos para HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, não é relevante ante o valor da contratação, uma vez do seu fracionamento e da celeridade com que se verifica a não execução do objeto, no caso da CONTRATADA, quando considerada a disponibilização das imagens a quem tem competência para acompanhá-las em tempo real.

Considerando ainda que a característica do objeto desta contratação, no caso de paralização, ou incapacidade da CONTRATADA de continuar a execução, não causará danos ao erário, apenas, a paralização de um serviço, embora essencial, mas que não interfere na execução dos demais serviços públicos.

Portanto, para não atentar a restrição de competitividade ao certame, a CONTRATANTE, desobriga aos licitantes a comprovação da qualificação econômica financeira, prevista no Art. 70 da Lei nº 14.133/2021.

SEÇÃO 9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(inciso IX do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

9.1 DAS ANÁLISES DAS NECESSIDADES INDIVIDUALIZADAS POR REQUISITANTE

9.1.1 Segue-se com a apresentação do mapa de alocação das necessidades apresentadas pelas diversas secretarias, para a compreensão do quantitativo solicitado por este procedimento:



ITEM	CÓD. EQUIPLANO	Nome do produto	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	IDOSOS	INGRED.	LANCHE SERV.	FESTA JUNINA ESCOLAS CMEIS	DEFESA CIVIL	MERENDA	REUNIÕES CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS
	32602	ABACAXI PEROLA NATURA - KG	ABACAXI PEROLA IN NATURA - KG. Peso mínimo por unidade de 1kg.	UND	100		100					
	59724	AMENDOIM DEBULHADO - KG.	AMENDOIM DEBULHADO - KG. Torrado e sem pele, livre de sujidades e mofos. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 4 meses após o ato da entrega. Embalado a vácuo. Acondicionado em embalagem plástica de 1 kg.	UND	100		0		100			
	66037	AMENDOIM TORRADO MOÍDO - KG.	AMENDOIM TORRADO MOÍDO - KG. Sem casca, sem pele e sem sal. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 4 meses após o ato da entrega. Embalado a vácuo.	UND	140				140			
	64922	APRESUNTADO COZIDO FATIADO KG.	APRESUNTADO COZIDO FATIADO - KG. Obtido de pernil ou outra parte do suíno sadio com aspecto, cor e cheiro e sabor próprio; apresentação: fatiado e embalado em bandeja de isopor com filme plástico, devidamente identificado com a marca do produto, peso e data de validade; estado de conservação: resfriado. Atendendo a IN 60 da ANVISA.	KG	256	70	100			36		50



	66401	BANANA IN NATURA - CATURRA	BANANA IN NATURA - CATURRA	KG	12220	20	200				12000	
	64926	BANHA DE PORCO 1KG	BANHA DE PORCO 1KG Cor e aspecto próprio do produto, livre de impurezas, embalagens de no mínimo 1kg. Validade mínima 6 meses. No rótulo da embalagem primária deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade e certificado de Inspeção Federal (SIF) ou estadual (SIE).	UND	10		10					
	54815	BATATA INGLESA KG	BATATA INGLESA - KG. Coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Lavada, em perfeitas condições de conservação e maturação, pesando entre 100 a 300 gramas a unidade.	KG	3050	20	30				3000	
	55335	CARNE BOVINA EM PEDAÇOS (IN NATURA) - KG.	CARNE BOVINA EM PEDAÇOS (IN NATURA) - KG. Exceto costela, músculo e pescoço) resfriados, isenta de temperos ou aditivos, ou de substâncias estranhas que sejam impróprias para o consumo (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária, acondicionada em pacotes de polietileno reforçado. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 30 dias.	KG	3000						3000	
	64939	CARNE BOVINA MOÍDA - KG.	CARNE BOVINA MOÍDA - KG. Fresca, tipo dianteira, músculo, paleta ou acém, sem pelanca, sem sebo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, com no máximo 10% de gordura, acondicionada em embalagem plástica de no máximo 2 kg, atóxica, transparente e resistente. Embalagem: primária deve estar intacta, acondicionada em pacotes de polietileno	KG	6000	120	200		85		5545	50



			reforçado, com no máximo 2 kg por pacote. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 30 dias.									
	64941	CARNE DE FRANGO FILÉ DE PEITO - KG	CARNE DE FRANGO, FILÉ DE PEITO - KG. Sem osso, Congelado. Embalagem primária resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 6 meses após o ato da entrega. Embalado sem acúmulo de líquidos em seu interior.	KG	2500						2500	
	64232	CARNE DE FRANGO COXA SOBRECOXA KG	CARNE DE FRANGO: COXA SOBRECOXA - KG. Congelada, sem dorso, acondicionada em pacotes de aproximadamente 1 kg, e isento de aditivos ou substâncias estranhas ao produto que sejam impróprias para o consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Embalagem primária de polietileno reforçado. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 30 dias. Validade mínima de 3 meses após o ato da entrega.	KG	5000						5000	
	1025	CEBOLA DE CABEÇA KG.	CEBOLA DE CABEÇA - KG. Características: Cebola de cabeça graúda, de 1ª qualidade, de 70 a 90 mm de diâmetro, tipo especial, pesando entre 100 a 200 g a unidade, limpas, com colorações próprias, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	2000	120	20		80		1780	



51924	CENOURA IN NATURA - KG	CENOURA IN NATURA - KG. Características: classe média, tipo especial, pesando entre 70 a 140 gramas a unidade. Composição das raízes de 12 a 17cm de comprimento e 2,5cm de diâmetro. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, não lenhosas, bem formadas, limpas, com coloração uniforme, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições e maturação. Embalagem plástica contendo etiqueta com a identificação e peso do produto.	KG	2000						2000	
65461	CUCA TRADICIONAL COM RECHEIO - KG.	CUCA TRADICIONAL COM RECHEIO - KG. Sabores diversos (doce de leite; brigadeiro; ricota ou nata. Deverá ser acondicionada em embalagem primaria resistente. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 1 dia.	KG	125	25						100
55192	CUCA TRADICIONAL SEM RECHEIO - KG	CUCA TRADICIONAL SEM RECHEIO - KG. Deverá ser acondicionada em embalagem primaria resistente. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento,	KG	265	65					100	100
59184	DOCE DE FRUTAS 400G.	DOCE DE FRUTAS - 400G. Tipo pasta, sabores variados. Embalagem resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: informações nutricionais; data de fabricação; prazo de validade. Validade mínima de 3 meses da data da entrega.	UND	70	10	30				30	
45578	DOCE DE LEITE E PASTA - POTE CO	DOCE DE LEITE EM PASTA, ingredientes leite pasteurizado ou em pó, açúcar, xarope de glicose, amido, lactase, conservante, estabilizante,	UND	50		50					



		1KG	regulador de acidez e bicarbonato de sódio, embalagem pote de no mínimo 1 kg, apresentar registro da marca na ANVISA. validade mínima 6 meses.									
	64954	FERMENTO BIOLÓGICO CONGELADO EMBALAGEM CO 500GR	FERMENTO BIOLÓGICO CONGELADO, instantaneo, embalagem com 500gr. Validade mínima 6 meses.	UND	210		210					
	52305	GROSTOLI DOCE - KG	GROSTOLI DOCE - KG. Deverá ser acondicionada em embalagem primaria resistente. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 1 dia.	KG	170	90						80
	54861	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS NATURAIS - 1LT.	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS NATURAIS - 1LT. Pronto para beber e sabores diversos. Embalagem resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: informações nutricionais; data de fabricação; prazo de validade. Validade mínima de 30 dias da data da entrega.	UND	3000		500				2500	
	45761	LARANJA BAHIA NATURA - KG.	LARANJA BAHIA IN NATURA - KG. As frutas devem apresentar-se nas condições de consumo, firmes e com grau de maturação ideal para consumo imediato.	KG	2000	60	250				1690	
	64962	LARANJA PERA	LARANJA PERA. Características: Laranja pera, grupo I, classe 2 a 4 (de 85 a 92 mm) tipo especial. Deve apresentar as características do cultivar bem formadas, limpas, com colorações próprias, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições	KG	2000						2000	



			de conservação e maturação. Embalagem plástica contendo etiqueta com a identificação e peso do produto.									
	63624	MAÇÃ IN NATURA TIPO FUGI - KG.	MAÇÃ IN NATURA TIPO FUGI - KG. Em perfeitas condições de consumo imediato. Tamanho e coloração uniformes; não danificadas, sem machucados.	KG	5000						5000	
	64967	MAÇÃ IN NATURA TIPO GALA - KG.	MAÇÃ IN NATURA TIPO GALA - KG. A fruta deve apresentar-se em condições de consumo, compacto, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie.	KG	4000	80	120				3800	
	39171	MAMÃO FORMOSA NATURA - KG.	MAMÃO FORMOSA IN NATURA - KG. Fruta em condições de consumo imediato.	KG	2140	70	70				2000	
	64969	MANGA ROSA NATURA - KG.	MANGA ROSA IN NATURA - KG. Fruta compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie. em condições de consumo imediato.	KG	400	60	40				300	
	59752	MANTEIGA SEM SAL EMBALAGEM DE N. MÍNIMO 200GR	MANTEIGA SEM SAL, embalagem de no mínimo 200gr, de primeira qualidade, obtida do creme de leite (nata) padronizado, pasteurizado e maturado, com teor mínimo de 80% de lipídeos, embalagens retangulares com dados de identificação, data de fabricação e validade, lote, registro do Ministério da Agricultura SIF/ DIPOA. Validade de no mínimo 4 meses.	UND	600		100				500	
	64925	MASSA DE PÃO DE QUEIJO - 1KG.	MASSA DE PÃO DE QUEIJO - 1KG. Embalagem resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade; composição de ingredientes e nutricional e registro no órgão competente.	KG	320		50				100	170



			Validade mínima de 2 meses da data da entrega. Ingredientes Fécula de mandioca, Leite integral, ovos, polvilho, óleo de soja, queijos, batata, manteiga, sal, leite, ovos e derivados de leite e soja. Sem presença de glúten.									
	64970	MASSA DE PASTEL MÉDIO - 500G.	MASSA DE PASTEL - MÉDIO - 500G. Tamanho Médio, interfoliadas. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 2 meses após o ato da entrega.	UND	320	250			70			
	62837	MELADO - 1KG.	MELADO - 1KG. Com aspecto, cor, cheiro e sabor característicos. Isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 3 meses após o ato da entrega.	UND	10	5	5					
	7330	MELANCIA NATURA - KG.	MELANCIA IN NATURA - KG. A fruta deverá estar em condições de consumo imediato.	KG	13600	400	200				13000	
	64210	MELÃO AMARELO NATURA - KG	MELÃO AMARELO IN NATURA - KG. A fruta deverá estar em condições de consumo imediato.	KG	1000	30	30				940	
	64972	MILHO DE PIPOCA NATURA - 500G.	MILHO DE PIPOCA IN NATURA - 500G. Embalagem resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 3 meses após o ato da entrega.	UND	300	3	30				267	



	66082	MORTADELA FRANGO 1KG	MORTADELA FRANGO 1KG. Constituída de carne de frango trituradas, composta de condimentos e outras substancias alimentares, apresentando no máximo 25% de umidade, de primeira qualidade, isento de sujidades e outras substancias estranhas a sua composição, acondicionado em saco plástico, atóxico contendo externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no ministério da agricultura/SIF/DIPOA. Validade de 90 dias.	KG	500						500	
	66080	MORTADELA TOUCINHO 1KG	Mortadela sem toucinho 1kg, constituída da mistura de carnes bovina e suína misturadas e trituradas, composta de condimentos e outras substancias alimentares, até 25% de umidade, de primeira qualidade, isento de sujidades e outras substancias estranhas a sua composição, sem adição de cubos de toucinho acondicionado em embalagem plástica atóxica.	KG	500		500					
	64976	NATA 300G.	NATA 300G. Creme de leite pasteurizado. Fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas, deverá apresentar aspecto e cheiro característico, livre de sujidades e substâncias nocivas. Embalagem resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade, composição nutricional e o número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA. Validade mínima 15 dias após o ato da entrega.	UND	165	15					150	



	64979	OVOS - DZ	OVOS - DZ. Características: Ovos vermelhos ou brancos de galinha, fresco, tamanho médio ou superior, pesando no mínimo 55 g por unidade. Deve estar embalado em bandeja descartável, com capacidade para 12 ovos, com identificação do produtor e prazo de validade. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, devidamente lacrada com fita adesiva e identificada com rótulo e etiqueta, conforme legislação vigente. Deve ter certificado de Inspeção Estadual (SIE) ou Federal (SIF). Validade: mínimo 30 dias da data de entrega.	UND	2000	30	420				1550	
	64117	PÃO DE MILHO - KG	PÃO DE MILHO - KG. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 4 dias após o ato da entrega.	KG	100	60	40					
	59199	PÃO FATIADO - KG.	PÃO FATIADO - KG. Pão fatiado fresco Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 4 dias após o ato da entrega.	KG	1500	360	400				740	
	64119	PÃO TIPO FRANCÊS KG.	PÃO TIPO FRANCÊS - KG. Pães frescos de aproximadamente 50 a 60 g, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem atóxica, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação.	KG	3000	270	600				2130	
	52300	PÃO TIPO HOT DOG KG.	PÃO TIPO HOT DOG - KG. Pães frescos de aproximadamente 50 a 60 g, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser	kg	2500	20					2480	



			embalado quente. Embalagem atóxica, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação.									
	63258	PINHÃO IN NATURA KG.	PINHÃO IN NATURA - KG. Sementes maduras, de boa qualidade, boa formação e sem falhas.	KG	50				50			
	62838	POLPA DE FRUTA KG (SABOR DIVERSOS)	POLPA DE FRUTA (SABORES DIVERSOS), composto líquido extraído pelo esmagamento das partes comestíveis de frutas carnosas; apresentação na forma de polpa de fruta congelada; qualidade do líquido obtido da fruta madura e sã, rendimento: cada 01kg faz-se de 04 a 06 litros de suco, isento de fragmentos das partes não comestíveis e de resíduos orgânicos, sem adição de açúcar; sem conservantes, aromatizantes e outros aditivos; cor, cheiro e sabor próprios, desde que mantidos congelados a -18º C; acondicionada em 10 embalagens de 100 gramas em pacotes de 01 kg. Data de fabricação e prazo de validade impressos na embalagem, necessariamente, conforme a legislação vigente, registrado junto ao mapa (ministério da agricultura).	KG	1500						1500	
	51884	QUEIJO MUÇARELA KG.	QUEIJO MUÇARELA - KG. Fatiado e interfoliado, Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 30 dias após o ato da entrega.	KG	900	90	250				560	
	53504	SALGADINHOS FRITOS - CENTO.	SALGADINHOS FRITOS - CENTO. Salgadinhos misto (pastel, coxinha, bolinha de queijo, kibe, enroladinho de salsicha, etc). Peso individual de aproximadamente 20g. Para a entrega, deverão ser	UND	650							650




			dispostos em bandejas apropriadas à quantidade do cento.									
	64988	SALSICHA DE CARNE BONIVA/SUÍNA - KG.	SALSICHA DE CARNE BONIVA/SUÍNA - KG. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 3 meses após o ato da entrega.	KG	800	60	100		140		500	
	59163	SALSICHA DE FRANGO - KG	SALSICHA DE FRANGO - KG, sem corante, sem pimenta, aspecto próprio, não amolecido, nem pegajoso, cor própria, sem manchas. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 3 meses após o ato da entrega.	Kg	100		100					
	62839	SUCO DE FRUTAS SABORES DIVERSOS LITRO	SUCO DE FRUTAS SABORES DIVERSOS, sem conservantes. Suco de frutas produzido 100% com suco natural, contendo somente açúcares da própria fruta sem adição de ingredientes artificiais e corantes. Embalagem de 1 litro, sabor a ser escolhido pelo solicitante no ato da requisição.	UND	100						100	
	7257	TOMATE IN NATURAL TIPO ESPECIAL - KG	TOMATE IN NATURAL TIPO ESPECIAL, longo ou redondo, com diâmetro mínimo de 6cm. Com grau de maturação tal que lhes permita suportar transporte, manipulação e conservação adequada para consumo imediato.	KG	3500						3500	



9.1.2 Observa-se que o mapa acima, planifica o quantitativo solicitado e ajustado conforme o histórico de consumo para cada produto em suas unidades de consumo.

9.2 DO ORÇAMENTO PARA AS DEMANDAS

9.2.1 Conforme Mapa de apuração espelhado abaixo, é possível perceber a formação do preço máximo para esta contratação, mediante a composição da cesta de preços, com 3 (três) fornecedores diretos, sendo os 3 (três) do município e uma cotação de preços na Plataforma Banco de preços, admitindo a média entre 3 (três) cotações. A pesquisa foi realizada nos dias 22/03/25 a 01/04/25, adotando o critério de menor preços entre elas, para parametrizar o preço orçado diretamente, com o ofertados nas propostas de fornecedores diretos, a verificar:

 Município de SÃO JORGE D'OESTE Estado do Paraná www.pmsjorge.pr.gov.br / CNPJ 76.995.380/0001-03											
MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO											
OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, PARA ATENDIMENTO À: CESTA BÁSICA, OFICINAS, CURSOS, REUNIÕES, CONFERÊNCIAS, MERENDA ESCOLAR E GRUPOS DA MELHOR IDADE CONFORME LEIS 632/2013, E 1006/2021.											
	NOME DA EMPRESA				CNPJ				Data/Cotação		
COTAÇÃO 1	IARA MARIA BASSEGIO LTDA				10.809.818/0001-03				22/03/25		
COTAÇÃO 2	MARCOS ADIELTO WELTER				11.165.220/0001-91				24/03/25		
COTAÇÃO 3	PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS (3 COTAÇÕES) MÉDIA DE PREÇOS				76.995.380/0001-03				28/03/25		
COTAÇÃO 4	ALDERI DE CESARO				01.973.331/0001-70				31/03/25		
ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	COT 4	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLES	Valor Global
1	ABACAXI PEROLA IN NATURA - KG. Peso mínimo por unidade de 1kg.	und	100	12,75	12,90	11,60	8,90	8,90	12,90	11,54	890,00
2	AMENDOIM DEBULHADO - KG. Torrado e sem pele, livre de sujidades e mofo. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 4 meses após o ato da entrega. Embalado a vácuo. Acondicionado em embalagem plástica de 1 kg	pcte	100	19,90	22,90	18,70	24,90	18,70	24,90	21,60	1.870,00
3	AMENDOIM TORRADO MOÍDO - KG. Sem casca, sem pele e sem sal. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 4 meses após o ato da entrega. Embalado a vácuo.	UND	140	19,90	22,90	21,80	24,70	19,90	24,70	22,33	2.786,00
4	APRESUNTADO COZIDO FATIADO - KG. Obtido de pernil ou outra parte do suíno sadio com aspecto, cor e cheiro e sabor próprio; apresentação: fatiado e embalado em bandeja de isopor com filme plástico, devidamente identificado com a marca do produto, peso e data de validade; estado de conservação: resfriado. Atendendo a IN 60 da ANVISA	kg	256	36,99	29,90	27,60	34,90	27,60	36,99	32,35	7.065,60
5	BANANA IN NATURA - CATURRA	kg	12220	4,98	3,90	4,65	3,98	3,90	4,98	4,38	47.658,00



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

6	BANHA DE PORCO 1KG Cor e aspecto próprio do produto, livre de impurezas, embalagens de no mínimo 1kg. Validade mínima 6 meses. No rótulo da embalagem primária deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade e certificado de Inspeção Federal (SIF) ou estadual (SIE).	kg	10	13,85	13,90	14,20	13,90	13,85	14,20	13,96	138,50
7	BATATA INGLESA - KG. Coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Lavada, em perfeitas condições de conservação e maturação, pesando entre 100 a 300 gramas a unidade.	kg	3050	4,88	3,90	4,50	4,98	3,90	4,98	4,57	11.895,00
8	CARNE BOVINA EM PEDAÇOS (IN NATURA) - KG. Exceto costela, músculo e pescoço) resfriados, isenta de temperos ou aditivos, ou de substâncias estranhas que sejam impróprias para o consumo (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária, acondicionada em pacotes de polietileno reforçado. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 30 dias.	kg	3000	27,55	29,90	30,90	37,90	27,55	37,90	31,56	82.650,00
9	CARNE BOVINA MOÍDA - KG. Fresca, tipo dianteira, músculo, paleta ou acém, sem pelanca, sem sebo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, com no máximo 10% de gordura., acondicionada em embalagem plástica de no máximo 2 kg, atóxica, transparente e resistente. Embalagem: primária deve estar intacta, acondicionada em pacotes de polietileno reforçado, com no máximo 2 kg por pacote. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 30 dias	kg	6000	26,85	32,90	29,80	32,90	26,85	32,90	30,61	161.100,00
10	CARNE DE FRANGO, FILÉ DE PEITO - KG. Sem osso. Congelado. Embalagem primária resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 6 meses após o ato da entrega. Embalado sem acúmulo de líquidos em seu interior.	kg	2500	20,35	22,90	21,60	24,70	20,35	24,70	22,39	50.875,00

11	CARNE DE FRANGO: COXA SOBRECOXA - KG. Congelada, sem dorso, acondicionada em pacotes de aproximadamente 1 kg, e isento de aditivos ou substâncias estranhas ao produto que sejam impróprias para o consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Embalagem primária de polietileno reforçado. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 30 dias. Validade mínima de 3 meses após o ato da entrega.	kg	5000	10,75	10,90	9,95	10,70	9,95	10,90	10,58	49.750,00
12	CEBOLA DE CABEÇA - KG. Características: Cebola de cabeça graúda, de 1ª qualidade, de 70 a 90 mm de diâmetro, tipo especial, pesando entre 100 a 200 g a unidade, limpas, com colorações próprias, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	kg	2000	4,95	4,90	5,04	4,98	4,90	5,04	4,97	9.800,00
13	CENOURA IN NATURA - KG. Características: classe média, tipo especial, pesando entre 70 a 140 gramas a unidade. Composição das raízes de 12 a 17cm de comprimento e 2,5cm de diâmetro. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, não lenhosas, bem formadas, limpas, com coloração uniforme, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições e maturação. Embalagem plástica contendo etiqueta com a identificação e peso do produto.	kg	2000	6,99	5,90	5,99	5,40	5,40	6,99	6,07	10.800,00
14	CUCA TRADICIONAL COM RECHEIO - KG. Sabores diversos (doce de leite; brigadeiro; ricota ou nata. Deverá ser acondicionada em embalagem primária resistente. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 1 dia.	kg	125	13,55	17,90	18,65		13,55	18,65	16,70	1.693,75
15	CUCA TRADICIONAL SEM RECHEIO - KG. Deverá ser acondicionada em embalagem primária resistente. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento	kg	265	12,85	14,90	17,15		12,85	17,15	14,97	3.405,25



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

16	DOCE DE FRUTAS - 400G. Tipo pasta, sabores variados. Embalagem resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: informações nutricionais; data de fabricação; prazo de validade. Validade mínima de 3 meses da data da entrega.	und	70	6,95	7,90	6,40	5,70	5,70	7,90	6,74	399,00
17	DOCE DE LEITE EM PASTA, ingredientes leite pasteurizado ou em pó, açúcar, xarope de glicose, amido, lactase, conservante, estabilizante, regulador de acidez e bicarbonato de sódio, embalagem pote de no mínimo 1 kg, apresentar registro da marca na ANVISA. Validade mínima 6 meses.	und	50	14,85	17,90	14,36	14,90	14,36	17,90	15,50	718,00
18	FERMENTO BIOLÓGICO CONGELADO, instantâneo, embalagem com 500gr. Validade mínima 6 meses.	und	210		9,90	10,80	27,90	9,90	27,90	16,20	2.079,00
19	GROSTOLI DOCE - KG. Deverá ser acondicionada em embalagem primária resistente. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 1 dia.	kg	170	36,95	34,90	36,05		34,90	36,95	35,97	5.933,00
20	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS NATURAIS - 1 LT. Pronto para beber e sabores diversos. Embalagem resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: informações nutricionais; data de fabricação; prazo de validade. Validade mínima de 30 dias da data da entrega.	und	3000	9,75	17,90	13,99	9,90	9,75	17,90	12,89	29.250,00
21	LARANJA BAHIA IN NATURA - KG. As frutas devem apresentar-se nas condições de consumo, firmes e com grau de maturação ideal para consumo imediato.	kg	2000	9,98	15,90	12,40	12,90	9,98	15,90	12,80	19.960,00
22	LARANJA PERA. Características: Laranja pera, grupo I, classe 2 a 4 (de 85 a 92 mm) tipo especial. Deve apresentar as características do cultivar bem formadas, limpas, com colorações próprias, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem plástica contendo etiqueta com a identificação e peso do produto	kg	2000	7,98	8,90	7,05	8,95	7,05	8,95	8,22	14.100,00

23	MAÇÃ IN NATURA TIPO FUGI - KG. Em perfeitas condições de consumo imediato. Tamanho e coloração uniformes; não danificadas, sem machucados.	kg	5000	14,99	12,90	12,50	9,90	9,90	14,99	12,57	49.500,00
24	MAÇÃ IN NATURA TIPO GALA - KG. A fruta deve apresentar-se em condições de consumo, compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie.	kg	4000	12,98	12,90	14,00	9,90	9,90	14,00	12,45	39.600,00
25	MAMÃO FORMOSA IN NATURA - KG. Fruta em condições de consumo imediato.	kg	2140	11,98	12,90	9,05	10,90	9,05	12,90	11,21	19.367,00
26	MANGA ROSA IN NATURA - KG. Fruta compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie. em condições de consumo imediato.	kg	400		11,90	8,05	9,90	8,05	11,90	9,95	3.220,00
27	MANTEIGA SEM SAL, embalagem de no mínimo 200gr, de primeira qualidade, obtida do creme de leite (nata) padronizado, pasteurizado e maturado, com teor mínimo de 80% de lipídeos, embalagens retangulares com dados de identificação, data de fabricação e validade, lote, registro do Ministério da Agricultura SIF/ DIPOA. Validade de no mínimo 4 meses.	UND	600	14,98	9,90	10,35	7,90	7,90	14,98	10,78	4.740,00
28	MASSA DE PÃO DE QUEIJO - 1KG.Embalagem resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade; composição de ingredientes e nutricional e registro no órgão competente. Validade mínima de 2 meses da data da entrega. Ingredientes Fécula de mandioca, Leite integral, ovos, polvilho, óleo de soja, queijos, batata, manteiga, sal, leite, ovos e derivados de leite e soja. Sem presença de glúten	UND	320	19,90	19,90	20,95	21,00	19,90	21,00	20,44	6.368,00
29	MASSA DE PASTEL - MÉDIO - 500G. Tamanho Médio, interfoliadas. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 2 meses após o ato da entrega	UND	320	9,85	7,90	7,75	8,70	7,75	9,85	8,55	2.480,00



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

30	MELADO - 1KG. Com aspecto, cor, cheiro e sabor característicos. Isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 3 meses após o ato da entrega.	und	10	17,45	24,90	20,30	15,90	15,90	24,90	19,64	159,00
31	MELANCIA IN NATURA - KG. A fruta deverá estar em condições de consumo imediato.	kg	13600	4,55	3,90	4,15	4,90	3,90	4,90	4,38	53.040,00
32	MELÃO AMARELO IN NATURA - KG. A fruta deverá estar em condições de consumo imediato.	kg	1000	5,99	7,90	5,90	7,90	5,90	7,90	6,92	5.900,00
33	MILHO DE PIPOCA IN NATURA - 500G. Embalagem resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 3 meses após o ato da entrega.	und	300	4,95	6,90	5,60	6,90	4,95	6,90	6,09	1.485,00
34	MORTADELA FRANGO 1KG. Constituída de carne de frango trituras, composta de condimentos e outras substâncias alimentares, apresentando no máximo 25% de umidade, de primeira qualidade, isento de sujidades e outras substâncias estranhas a sua composição, acondicionado em saco plástico, atóxico contendo externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no ministério da agricultura/SIF/DIPOA. Validade de 90 dias.	kg	500	19,90	14,90	15,00	12,90	12,90	19,90	15,68	6.450,00
35	Mortadela sem toucinho 1kg, constituída da mistura de carnes bovina e suína misturadas e trituras, composta de condimentos e outras substâncias alimentares, até 25% de umidade, de primeira qualidade, isento de sujidades e outras substâncias estranhas a sua composição, sem adição de cubos de toucinho acondicionado em embalagem plástica atóxica	kg	500	13,55	14,90	13,05	14,90	13,05	14,90	14,10	6.525,00

36	NATA 300G. Creme de leite pasteurizado. Fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas, deverá apresentar aspecto e cheiro característico, livre de sujidades e substâncias nocivas. Embalagem resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade, composição nutricional e o número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA. Validade mínima 15 dias após o ato da entrega.	UND	165	14,85	15,90	11,50	10,90	10,90	15,90	13,29	1.798,50
37	OVOS - DZ. Características: Ovos vermelhos ou brancos de galinha, fresco, tamanho médio ou superior, pesando no mínimo 55 g por unidade. Deve estar embalado em bandeja descartável, com capacidade para 12 ovos, com identificação do produtor e prazo de validade. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, devidamente lacrada com fita adesiva e identificada com rótulo e etiqueta, conforme legislação vigente. Deve ter certificado de Inspeção Estadual (SIE) ou Federal (SIF). Validade: mínimo 30 dias da data de entrega.	Dz	2000	12,00	15,90	11,50	14,90	11,50	15,90	13,58	23.000,00
38	PÃO DE MILHO - KG. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 4 dias após o ato da entrega.	kg	100	14,85	14,90	25,20		14,85	25,20	18,32	1.485,00
39	PÃO FATIADO - KG. Pão fatiado fresco Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 4 dias após o ato da entrega.	kg	1500	12,50	14,90	13,30	14,90	12,50	14,90	13,90	18.750,00
40	PÃO TIPO FRANCÊS - KG. Pães frescos de aproximadamente 50 a 60 g, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem atóxica, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação.	kg	3000	12,00	14,90	15,60	14,00	12,00	15,60	14,13	36.000,00



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

41	PÃO TIPO HOT DOG - KG. Pães frescos de aproximadamente 50 a 60 g, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem atóxica, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação.	kg	2500	13,99	14,90	18,10	14,00	13,99	18,10	15,25	34.975,00
42	PINHÃO IN NATURA - KG. Sementes maduras, de boa qualidade, boa formação e sem falhas.	kg	50	14,90	14,90	15,50		14,90	15,50	15,10	745,00
43	POLPA DE FRUTA (SABORES DIVERSOS), composto líquido extraído pelo esmagamento das partes comestíveis de frutas carnosas; apresentação na forma de polpa de fruta congelada; qualidade do líquido obtido da fruta madura e sã, rendimento: cada 01kg faz-se de 04 a 06 litros de suco, isento de fragmentos das partes não comestíveis e de resíduos orgânicos, sem adição de açúcar; sem conservantes, aromatizantes e outros aditivos; cor, cheiro e sabor próprios, desde que mantidos congelados a -18° c; acondicionada em 10 embalagens de 100 gramas em pacotes de 01 kg. Data de fabricação e prazo de validade impressos na embalagem, necessariamente, conforme a legislação vigente, registrado junto ao mapa (ministério da agricultura).	kg	1500	15,00	29,90	25,60		15,00	29,90	23,50	22.500,00
44	QUEIJO MUÇARELA - KG. Fatiado e interfoliado. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 30 dias após o ato da entrega.	kg	900	44,85	49,90	44,40	42,00	42,00	49,90	45,29	37.800,00
45	SALGADINHOS FRITOS - CENTO. Salgadinhos misto (pastel, coxinha, bolinha de queijo, kibe, enroladinho de salsicha, etc). Peso individual de aproximadamente 20g. Para a entrega, deverão ser dispostos em bandejas apropriadas à quantidade do cento.	cento	650	95,00	99,90	96,35		95,00	99,90	97,08	61.750,00
46	SALSICHA DE CARNE BONIVA/SUÍNA - KG. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 3 meses após o ato da entrega.	kg	800	17,85	11,90	11,55	13,90	11,55	17,85	13,80	9.240,00

47	SALSICHA DE FRANGO - KG, sem corante, sem pimenta, aspecto próprio, não amolecido, nem pegajoso, cor própria, sem manchas. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 3 meses após o ato da entrega.	kg	100	18.99	14.90	16.30	14.90	14.90	18.99	16.27	1.490.00		
48	SUCO DE FRUTAS SABORES DIVERSOS, sem conservantes. Suco de frutas produzido 100% com suco natural, contendo somente açúcares da própria fruta sem adição de ingredientes artificiais e corantes. Embalagem de 1 litro, sabor a ser escolhido pelo solicitante no ato da requisição.	UND	100	16.95	17.90	15.40	15.90	15.40	17.90	16.54	1.540.00		
49	TOMATE IN NATURA TIPO ESPECIAL, longo ou redondo, com diâmetro mínimo de 6cm. Com grau de maturação tal que lhes permita suportar transporte, manipulação e conservação adequada para consumo imediato.	kg	3500	8.95	10.90	8.60	7.50	7.50	10.90	8.99	26.250.00		
Responsável pela cotação				APROVAÇÃO:								TOTAL:	990.973.60
LIOMAR SIEGA				<div><input type="checkbox"/> COMPRA DIRETA</div> <div><input type="checkbox"/> CONTRATO</div> <div><input checked="" type="checkbox"/> LICITAÇÃO</div>									
OBS.: FOI REALIZADO PESQUISA DE PREÇOS EM EMPRESAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D OESTE - PR E PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS, FOI ADOTADO CRITÉRIO DE APURAÇÃO DE MENOR PREÇO ENTRE OS ORÇAMENTOS.													
São Jorge D'Oeste, 08 de abril de 2025.													
				ASSINATURA DO RESPONSÁVEL									

9.2.2 Do Mapa acima, elaborado pelo servidor LIOMAR SIEGA, nomeado competente pela Portaria nº 2735/2025, extrai-se que:

Lote: 1						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde.	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	32602	ABACAXI PEROLA IN NATURA - KG ABACAXI PEROLA IN NATURA - KG. Peso mínimo por unidade de 1kg.	100,00	UN	8,90	890,00



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

2	64199	ALHO nacional, bulbo inteiro, boa qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, isento de sujidades, parasitas e larvas. Deve estar em perfeitas condições de conservação, livre de mofo e umidade, com odor característico. Acondicionado em caixas de papel. Deverá ser entregue em kg.	3.000,00	KG	12,00	36.000,00
3	59724	AMENDOIM DEBULHADO - KG. AMENDOIM DEBULHADO - KG. Torrado e sem pele, livre de sujidades e mofo. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 4 meses após o ato da entrega. Embalado a vácuo. acondicionado em embalagem plástica de 1 kg.	100,00	KG	18,70	1.870,00
4	66037	AMENDOIM TORRADO MOÍDO - KG. AMENDOIM TORRADO MOÍDO - KG. Sem casca, sem pele e sem sal. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 4 meses após o ato da entrega. Embalado a vácuo.	140,00	UN	19,90	2.786,00
5	64922	APRESUNTADO COZIDO FATIADO - KG. APRESUNTADO COZIDO FATIADO - KG. Obtido de pernil ou outra parte do suíno sadio com aspecto, cor e cheiro e sabor próprio; apresentação: fatiado e embalado em bandeja de isopor com filme plástico, devidamente identificado com a marca do produto, peso e data de validade; estado de conservação: resfriado. Atendendo a IN 60 da ANVISA.	256,00	KG	27,60	7.065,60
6	66401	BANANA IN NATURA - CATURRA BANANA IN NATURA - CATURRA	12.220,00	KG	3,90	47.658,00
7	64926	BANHA DE PORCO 1KG Cor e aspecto próprio do produto, livre de impurezas, embalagens de no mínimo 1kg. Validade mínima 6 meses. No rótulo da embalagem primária deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade e certificado de Inspeção Federal (SIF) ou estadual (SIE).	10,00	KG	13,85	138,50
8	54815	BATATA INGLESA - KG BATATA INGLESA - KG. Coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças.	3.050,00	KG	3,90	11.895,00



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

		Lavada, em perfeitas condições de conservação e maturação, pesando entre 100 a 300 gramas a unidade.				
9	66745	CARNE BOVINA EM PEDAÇOS (IN NATURA) - KG. CARNE BOVINA EM PEDAÇOS (IN NATURA) - KG. Exceto costela, músculo e pescoço.)resfriados, isenta de temperos ou aditivos, ou de substâncias estranhas que sejam impróprias para o consumo (físicas, químicas e organolépticas). Devera ser acondicionada em embalagem primaria, acondicionada em pacotes de polietileno reforçado. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 30 dias. ITEM DESTINADO A DISPUTA GERAL	2.250,00	KG	27,55	61.987,50
10	55335	CARNE BOVINA EM PEDAÇOS (IN NATURA) - KG. CARNE BOVINA EM PEDAÇOS (IN NATURA) - KG. Exceto costela, músculo e pescoço.)resfriados, isenta de temperos ou aditivos, ou de substâncias estranhas que sejam impróprias para o consumo (físicas, químicas e organolépticas). Devera ser acondicionada em embalagem primaria, acondicionada em pacotes de polietileno reforçado. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 30 dias. ITEM EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA	750,00	KG	27,55	20.662,50
11	66746	CARNE BOVINA MOÍDA - KG. CARNE BOVINA MOÍDA - KG. Fresca, tipo dianteira, músculo, paleta ou acém, sem pelanca, sem sebo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, com no máximo 10% de gordura. , acondicionada em embalagem plástica de no máximo 2 kg, atóxica, transparente e resistente. Embalagem: primária deve estar intacta, acondicionada em pacotes de polietileno reforçado, com no máximo 2 kg por pacote. No rótulo da embalagem deve	4.500,00	KG	26,85	120.825,00



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

		constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 30 dias. ITEM DESTINADO A DISPUTA GERAL				
12	64939	CARNE BOVINA MOÍDA - KG. CARNE BOVINA MOÍDA - KG. Fresca, tipo dianteira, músculo, paleta ou acém, sem pelanca, sem sebo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, com no máximo 10% de gordura. , acondicionada em embalagem plástica de no máximo 2 kg, atóxica, transparente e resistente. Embalagem: primária deve estar intacta, acondicionada em pacotes de polietileno reforçado, com no máximo 2 kg por pacote. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 30 dias. ITEM EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA	1.500,00	KG	26,85	40.275,00
13	64941	CARNE DE FRANGO, FILÉ DE PEITO - KG. CARNE DE FRANGO, FILÉ DE PEITO - KG. Sem osso,. Congelado. Embalagem primária resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 6 meses após o ato da entrega. Embalado sem acúmulo de líquidos em seu interior.	2.500,00	KG	20,35	50.875,00
14	64232	CARNE DE FRANGO: COXA SOBRECOXA - KG. CARNE DE FRANGO: COXA SOBRECOXA - KG. Congelada, sem dorso, acondicionada em pacotes de aproximadamente 1 kg, e isento de aditivos ou substâncias estranhas ao produto que sejam impróprias para o consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Embalagem primaria de polietileno reforçado. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 30 dias. Validade mínima de 3 meses após o ato da entrega.	5.000,00	KG	9,95	49.750,00
15	1025	CEBOLA DE CABEÇA - KG. CEBOLA DE CABEÇA - KG. Características: Cebola de cabeça graúda, de 1ª qualidade, de 70 a 90 mm de diâmetro, tipo especial,	2.000,00	KG	4,90	9.800,00



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

		pesando entre 100 a 200 g a unidade, limpas, com colorações próprias, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.				
16	51924	CENOURA IN NATURA - KG CENOURA IN NATURA - KG. Características: classe média, tipo especial, pesando entre 70 a 140 gramas a unidade. Composição das raízes de 12 a 17cm de comprimento e 2,5cm de diâmetro. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, não lenhosas, bem formadas, limpas, com coloração uniforme, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições e maturação. Embalagem plástica contendo etiqueta com a identificação e peso do produto.	2.000,00	KG	5,40	10.800,00
17	65461	CUCA TRADICIONAL COM RECHEIO - KG. CUCA TRADICIONAL COM RECHEIO - KG. Sabores diversos (doce de leite; brigadeiro; ricota ou nata. Devera ser acondicionada em embalagem primaria resistente. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 1 dia.	125,00	KG	13,55	1.693,75
18	55192	CUCA TRADICIONAL SEM RECHEIO - KG. CUCA TRADICIONAL SEM RECHEIO - KG. Devera ser acondicionada em embalagem primaria resistente. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 1 dia.	265,00	KG	12,85	3.405,25
19	59184	DOCE DE FRUTAS - 400G. DOCE DE FRUTAS - 400G. Tipo pasta, sabores variados. Embalagem resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: informações nutricionais; data de fabricação; prazo de validade. Validade mínima de 3 meses da data da entrega.	70,00	UN	5,70	399,00
20	45578	DOCE DE LEITE EM PASTA - POTE COM 1KG ingredientes leite pasteurizado ou em pó, açúcar, xarope de glicose, amido, lactase, conservante, estabilizante, regulador de acidez e bicarbonato de sódio, embalagem pote de no mínimo 1 kg, apresentar registro da marca na ANVISA. validade mínima 6 meses.	50,00	UN	14,36	718,00
21	64954	FERMENTO BIOLÓGICO CONGELADO -	210,00	UN	9,90	2.079,00



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

		EMBALAGEM COM 500GR FERMENTO BIOLÓGICO CONGELADO, embalagem com 500gr. Validade mínima 6 meses.				
22	52305	GROSTOLI DOCE - KG GROSTOLI DOCE - KG. Devera ser acondicionada em embalagem primaria resistente. No rótulo da embalagem deve constar peso, data de processamento, procedência, prazo de validade. Processamento máximo de 1 dia.	170,00	KG	34,90	5.933,00
23	54861	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS NATURAIS - 1LT. IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS NATURAIS - 1LT. Pronto para beber e sabores diversos. Embalagem resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: informações nutricionais; data de fabricação; prazo de validade. Validade mínima de 30 dias da data da entrega.	3.000,00	UN	9,75	29.250,00
24	45761	LARANJA BAHIA IN NATURA - KG. LARANJA BAHIA IN NATURA - KG. As frutas devem apresentar-se nas condições de consumo, firmes e com grau de maturação ideal para consumo imediato.	2.000,00	KG	9,98	19.960,00
25	64962	LARANJA PERA Características: Laranja pera, grupo I, classe 2 a 4 (de 85 a 92 mm) tipo especial. Deve apresentar as características do cultivar bem formadas, limpas, com colorações próprias, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem plástica contendo etiqueta com a identificação e peso do produto.	2.000,00	KG	7,05	14.100,00
26	63624	MAÇÃ IN NATURA TIPO FUGI - KG. MAÇÃ IN NATURA TIPO FUGI - KG. Em perfeitas condições de consumo imediato. Tamanho e coloração uniformes; não danificadas, sem machucados.	5.000,00	KG	9,90	49.500,00
27	64967	MAÇÃ IN NATURA TIPO GALA - KG. MAÇÃ IN NATURA TIPO GALA - KG. A fruta deverapresentar-se em condições de consumo, compacto, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie.	4.000,00	KG	9,90	39.600,00
28	39171	MAMÃO FORMOSA IN NATURA - KG. MAMÃO FORMOSA IN NATURA - KG. Fruta em condições de consumo imediato.	2.140,00	KG	9,05	19.367,00
29	64969	MANGA ROSA IN NATURA - KG. MANGA ROSA IN NATURA - KG. Fruta compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie. em condições de consumo imediato.	400,00	KG	8,05	3.220,00



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

30	59752	MANTEIGA SEM SAL - EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 200GR MANTEIGA SEM SAL, embalagem de no mínimo 200gr, de primeira qualidade, obtida do creme de leite (nata) padronizado, pasteurizado e maturado, com teor mínimo de 80% de lipídeos, embalagens retangulares com dados de identificação, data de fabricação e validade, lote, registro do Ministério da Agricultura SIF/ DIPOA. Validade de no mínimo 4 meses.	600,00	UN	7,90	4.740,00
31	64925	MASSA DE PÃO DE QUEIJO - 1KG. MASSA DE PÃO DE QUEIJO - 1KG.Embalagem resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade; composição de ingredientes e nutricional e registro no órgão competente. Validade mínima de 2 meses da data da entrega. Ingredientes Fécula de mandioca, Leite integral, ovos, polvilho, óleo de soja, queijos, batata, manteiga, sal, leite, ovos e derivados de leite e soja. Sem presença de glúten.	320,00	UN	19,90	6.368,00
32	64970	MASSA DE PASTEL - MÉDIO - 500G. MASSA DE PASTEL - MÉDIO - 500G. Tamanho Médio, interfoliadas. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 2 meses após o ato da entrega.	320,00	UN	7,75	2.480,00
33	62837	MELADO - 1KG. MELADO - 1KG. Com aspecto, cor, cheiro e sabor característicos. Isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 3 meses após o ato da entrega.	10,00	UN	15,90	159,00
34	7330	MELANCIA de primeira, fresca, de ótima qualidade, compacto, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	13.600,00	KG	3,90	53.040,00
35	64210	MELÃO AMARELO maduro, livre de	1.000,00	KG	5,90	5.900,00



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

		sujidades e partes deterioradas, 1ª qualidade, tamanho e coloração uniforme, devendo sem bem desenvolvido e maduro, com polpa firme e intacta, pesando em média 2 a 4 kg.				
36	64972	MILHO DE PIPOCA IN NATURA - 500G. MILHO DE PIPOCA IN NATURA - 500G. Embalagem resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 3 meses após o ato da entrega.	300,00	UN	4,95	1.485,00
37	66082	MORTADELA FRANGO 1KG MORTADELA FRANGO 1KG. Constituída de Carne de frango Trituradas, Composta De Condimentos E Outras Substancias Alimentares, Apresentando No Máximo 25% De Umidade, De Primeira Qualidade, Isento De Sujidades E Outras Substancias Estranhas A Sua Composição, Acondicionado Em Saco Plástico, Atóxico contendo externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA. Validade de 90 dias	500,00	UN	12,90	6.450,00
38	66080	MORTADELA SEM TOUCINHO 1KG MORTADELA SEM TOUCINHO 1KG, Constituída Da Mistura De Carnes Bovina E Suína Misturadas E Trituradas, Composta De Condimentos E Outras Substancias Alimentares, até 25% De Umidade, De Primeira Qualidade, Isento De Sujidades E Outras Substancias Estranhas A Sua Composição, sem adição de de Cubos De Toucinho Acondicionado Em Saco Plástico, Atóxico.	500,00	UN	13,05	6.525,00
39	64976	NATA 300G. NATA 300G. Creme de leite pasteurizado. Fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas, deverá apresentar aspecto e cheiro característico, livre de sujidades e substâncias nocivas. Embalagem resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade, composição nutricional e o número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA. Validade mínima 15 dias após o ato da entrega.	165,00	UN	10,90	1.798,50
40	64979	OVOS - DZ OVOS - DZ. Características:	2.000,00	UN	11,50	23.000,00



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

		Ovos vermelhos ou brancos de galinha, fresco, tamanho médio ou superior, pesando no mínimo 55 g por unidade. Deve estar embalado em bandeja descartável, com capacidade para 12 ovos, com identificação do produtor e prazo de validade. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, devidamente lacrada com fita adesiva e identificada com rótulo e etiqueta, conforme legislação vigente. Deve ter certificado de Inspeção Estadual (SIE) ou Federal (SIF). Validade: mínimo 30 dias da data de entrega.				
41	52300	Pão 50 gramas a unidade, para cachorro quente, de boa 1qualidade - Un	2.500,00	UN	13,99	34.975,00
42	64117	PÃO DE MILHO - KG PÃO DE MILHO - KG. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 4 dias após o ato da entrega.	100,00	KG	14,85	1.485,00
43	59199	PÃO FATIADO - KG. PÃO FATIADO - KG. Pão fatiado fresco Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 4 dias após o ato da entrega.	1.500,00	KG	12,50	18.750,00
44	63258	PINHÃO IN NATURA - KG. PINHÃO IN NATURA - KG. Sementes maduras, de boa qualidade, boa formação e sem falhas.	50,00	KG	14,90	745,00
45	62838	POLPA DE FRUTA 1 KG (SABORES DIVERSOS) POLPA DE FRUTA (SABORES DIVERSOS), composto líquido extraído pelo esmagamento das partes comestíveis de frutas carnosas; apresentação na forma de polpa de fruta congelada; qualidade do líquido obtido da fruta madura e sã, rendimento: cada 01kg faz-se de 04 a 06 litros de suco, isento de fragmentos das partes não comestíveis e de resíduos orgânicos, sem adição de açúcar; sem conservantes, aromatizantes e outros aditivos; cor, cheiro e sabor próprios, desde que mantidos congelados a -18º c; acondicionada em 10 embalagens de 100 gramas em pacotes de 01 kg. Data de fabricação e prazo de validade impressos na embalagem, necessariamente, conforme a legislação vigente, registrado junto ao mapa (ministério da	1.500,00	UN	15,00	22.500,00



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

		agricultura).				
46	51884	QUEIJO MUÇARELA - KG. QUEIJO MUÇARELA - KG. Fatiado e interfoliado,. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 30 dias após o ato da entrega.	900,00	KG	42,00	37.800,00
47	53504	SALGADINHOS FRITOS - CENTO. SALGADINHOS FRITOS - CENTO. Salgadinhos misto (pastel, coxinha, bolinha de queijo, kibe, enroladinho de salsicha, etc). Peso individual de aproximadamente 20g. Para a entrega, deverão ser dispostos em bandejas apropriadas à quantidade do cento.	650,00	UN	95,00	61.750,00
48	64988	SALSICHA DE CARNE BONIVA/SUÍNA - KG. SALSICHA DE CARNE BONIVA/SUÍNA - KG. Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 3 meses após o ato da entrega.	800,00	KG	11,55	9.240,00
49	59163	SALSICHA DE FRANGO - KG SALSICHA DE FRANGO - KG, sem corante, sem pimenta, aspecto próprio, não amolecido, nem pegajoso, cor própria, sem manchas.Embalagem externa resistente, contendo rotulagem com as informações em conformidade com a legislação vigente, evidenciando: data de fabricação; prazo de validade e composição nutricional. Validade mínima 3 meses após o ato da entrega.	100,00	KG	14,90	1.490,00
50	62839	SUCO DE FRUTAS SABORES DIVERSOS, 1 LITRO SUCO DE FRUTAS SABORES DIVERSOS, sem conservantes. Suco de frutas produzido 100% com suco natural, contendo somente açúcares da própria fruta sem adição de ingredientes artificiais e corantes. Embalagem de 1 litro, sabor a ser escolhido pelo solicitante no ato da requisição.	100,00	LT	15,40	1.540,00
51	7257	TOMATE IN NATURA TIPO ESPECIAL - KG TOMATE IN NATURA TIPO ESPECIAL, longo ou redondo, com diâmetro mínimo de 6 cm . Com grau de maturação tal que lhes permita suportar transporte, manipulação e conservação adequada para consumo imediato.	3.500,00	KG	7,50	26.250,00
TOTAL.....					990.973,60	



9.1.2 Da análise acima, define-se como preço máximo para a pretensa contratação, o valor de a **R\$ 990.973,60 (Novecentos e noventa mil, novecentos e setenta e três reais e sessenta centavos)**.

9.2 No que se refere ao critério adotado para admissão do preço máximo para a contratação: **MENOR PREÇO por ITEM**

9.3 Da Justificativa de Preços

9.3.1 Com relação à pesquisa de preços, o Art. 46 do Decreto nº 3.927/2023, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública municipal, estabelece regras específicas para as contratações, em todas as suas formas, in verbis:

“A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme regulamento a ser instituído pela União” (disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia).

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

9.3.2 Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 julho de 2021, o disposto no art. 5º.

§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

§ 3º Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 5º O procedimento do § 4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.

9.3.3 Quanto à justificativa de compatibilidade do preço com os praticados no mercado, o



entendimento da jurisprudência é que não se podem comparar preços de serviço singular com serviços não singulares. Razão pela qual não foi realizada cotação de preços junto a outros potenciais prestadores dos serviços demandados, para justificar que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado, eis que tal prática se mostra incompatível com a hipótese de inexigibilidade de licitação, caracterizada pela inviabilidade de competição (Acórdão 2.280/2019 – TCU 1ª Turma).

9.3.4 Dessa forma, em razão das especificidades desta contratação, entende-se que não se aplica ao caso a pesquisa direta com, no mínimo, 4(quatro) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail (inciso IV, art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021).

9.3.5 A justificativa do preço, exigida pelo inciso art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 é feita, portanto, em consonância com o entendimento que consta do Acórdão nº 819/2005 – TCU Plenário, no sentido de que o preço deverá estar compatível com aqueles que o próprio contratado pratica junto a outros órgãos, nestes termos: “9.1.3. quando contratar a realização de cursos, palestras, apresentações, shows, espetáculos ou eventos similares, demonstre, a título de justificativa de preços, que o fornecedor cobra igual ou similar preço de outros com quem contrata para evento de mesmo porte, ou apresente as devidas justificativas, de forma a atender ao §4º do art. 23 da Lei 14.133/2021;”

9.3.6 Outro paradigma de boa prática que se utiliza, a propósito, é a seguinte orientação da Advocacia Geral da União: “É obrigatória a justificativa de preço na inexigibilidade de licitação, que deverá ser realizada mediante a comparação da proposta apresentada com preços praticados pela futura contratada junto a outros órgãos públicos ou pessoas privadas.” (Orientação Normativa AGU nº 17/09)

SEÇÃO 10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (inciso X do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

10.1 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, e nos vínculos abaixo espelhado, e ainda, juntado aos autos:



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

Município de São Jorge D'Oeste - 2025

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 09/04/2025

Equilíbrio

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F - PADRÃO/ ORÇ/ ANU/ DES/ DET)

02 GOVERNO MUNICIPAL

001 Secretaria Geral de Governo

04.122.0003.2003	Manutenção das Órgão de Assessoramento do Prefeito
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO
00180	E 00000 0000/01/00000 Recursos Ordinários (Linha)
04.122.0003.2004	Manutenção da Chefia de gabinete
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO
00270	E 00000 0000/01/00000 Recursos Ordinários (Linha)
04.122.0003.2005	Manutenção da Secretaria Geral de Governo
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO
00370	E 00000 0000/01/00000 Recursos Ordinários (Linha)
04.122.0003.2006	Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO
00480	E 00000 0000/01/00000 Recursos Ordinários (Linha)

03 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

001 Departamento de Projetos Sociais

06.243.0012.8008	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO
00580	E 00000 0000/01/00000 Recursos Ordinários (Linha)
06.244.0012.2014	Manutenção das Atividades da Secretaria de Promoção Social
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO
00880	E 00000 0000/01/00000 Recursos Ordinários (Linha)
00890	E 00504 0504/9999/00000 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Presidenciais

002 Centro de Referência em Assistência Social - CRAS

06.245.0012.2016	Manutenção do CRAS
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO
01130	E 00000 0000/01/00000 Recursos Ordinários (Linha)

04 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E TURISMO

001 Departamento de Planejamento e Contábil

04.121.0017.2019	Manutenção da Divisão de Planejamento e Contábil
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO
01380	E 00000 0000/01/00000 Recursos Ordinários (Linha)

002 Divisão de Turismo e Desenvolvimento

23.825.0017.2004	Manutenção da Divisão de Turismo e Desenvolvimento
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO
01620	E 00000 0000/01/00000 Recursos Ordinários (Linha)
01630	E 00504 0504/9999/00000 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Presidenciais

Emitido por: IVANIR DA SILVA, na versão: 5538 x

E - Grupo de fonte do exercício / EA - Grupo de fonte de exercícios anteriores



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

Município de São Jorge D'Oeste - 2025

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 09/04/2025

Exatidão

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F., PADRÃO/ ORIG/ ANU/ DES/ DEF)

07 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS

001 Departamento de Administração

04.122.0004.2526 Serviços Administrativos

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

01800 E 00000 0000/010/0000 Recursos Ordinários (Linha)

01810 E 00504 0504/99/99/0000 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias

08 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

001 Departamento de Agricultura

20.808.0018.2559 Manutenção da Divisão Agropecuária

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

02570 E 00000 0000/010/0000 Recursos Ordinários (Linha)

02580 E 00504 0504/99/99/0000 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias

20.808.0018.2541 Programa de melhoria genética e fomento da produção pecuária

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

02760 E 00000 0000/010/0000 Recursos Ordinários (Linha)

02770 E 00504 0504/99/99/0000 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias

10 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

001 Departamento de Educação

12.361.0013.2546 Manutenção do Ensino

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

00020 E 00000 0000/010/0000 Recursos Ordinários (Linha)

00030 E 00102 0102/02/01/0000 Fundeb-40%

00030 EA 00102 0102/02/01/0000 Fundeb-40%

00040 E 00104 0104/01/01/0000 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

00050 E 00107 0107/99/01/0000 Salário-Educação

00060 E 00504 0504/99/99/0000 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias

12.361.0013.2547 Transporte Escolar

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

00310 E 00000 0000/010/0000 Recursos Ordinários (Linha)

00320 E 00103 0103/01/01/0000 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

00330 E 00104 0104/01/01/0000 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

00330 EA 00104 0104/01/01/0000 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

00340 E 00504 0504/99/99/0000 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias

005 Departamento de Cultura

13.392.0014.2552 Departamento de Cultura

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

05730 E 00000 0000/010/0000 Recursos Ordinários (Linha)

Emitido por: IVANIR DA SILVA, no verso: 5538 x

E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

Município de São Jorge D'Oeste - 2025				
Saldo das contas de despesa				
Calculado em : 09/04/2025				
Equipamentos				
Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F - PADRÃO ORGO APUD DES DET)				
03/30	EA	00000	0000/010/0000	Recursos Ordinários (Linha)
005 Departamento de Esportes				
27.812.0015.2053	Atividades Esportivas			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
03850	E	00000	0000/010/0000	Recursos Ordinários (Linha)
11 SECRETARIA DE SAÚDE				
001 Departamento de Administração em Saúde				
10.301.0011.2056	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
04070	E	00000	0000/010/0000	Recursos Ordinários (Linha)
04080	E	00303	0303/010/0000	Saúde - Receitas Vinculadas (L.C. 29/00 - 15%)
12 SECRETARIA DE OBRAS, INFRAESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS				
002 Departamento de Infra-estrutura Rural				
28.752.0009.2088	Manutenção da Rede de Viação			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
04830	E	00504	0504/0059/0000	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias
04840	E	00511	0511/010/0000	Taxas - Prestação de Serviços
04850	E	01045	1045/010/0000	Outros Recursos não Vinculados
003 Departamento de Serviços Urbanos				
15.451.0010.2088	Serviços Urbanos			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
05020	E	00000	0000/010/0000	Recursos Ordinários (Linha)
05030	E	00504	0504/0059/0000	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias
15.452.0010.2089	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
05190	E	00504	0504/0059/0000	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias
05200	E	01045	1045/010/0000	Outros Recursos não Vinculados
15.452.0010.2070	Manutenção do Corpo de Bombeiros Comunitário			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
05300	E	00000	0000/010/0000	Recursos Ordinários (Linha)
Critérios de seleção:				
Data do cálculo: 09/04/2025				
Contas de despesa: 160, 270, 370, 480, 580, 680, 1130, 1360, 1620, 1630, 1800, 1810, 2570, 2580, 2780, 2770, 3020, 3030, 3040, 3050, 3060, 3310, 3320, 3330, 3340, 3730, 3850, 4070, 4080, 4830, 4840, 4890, 5020, 5030, 5190, 5200, 5300				
Elaborado por: IVANIR DA SILVA, na versão: 5038 x				
E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores				

DO FORMATO DOS DOCUMENTOS

A apresentação dos documentos listados nas Habilitações, serão aceitos em formato digital, ou em outro canal disponibilizado pela contratante, nos limites temporais admitido no edital.

DA DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS FISCAIS DO CONTRATO

A ciência de todas as informações prestadas no presente Termo de Referência, bem como das condições de execução do objeto, são obrigações institucionalizadas quando da emissão do Decreto nº 4591/2025, que personaliza os fiscais: a servidora Ariani Becker (administrativo), Beatriz Ordina (setorial) e Gerson Auler (técnico), designados para o controle desta contratação, de modo que os



mesmos estão treinados e cientes das suas obrigações.

DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

São Jorge D'Oeste, 28 de abril de 2025

Clodoaldo Blank
Agente de Contratação – Fase de Planejamento
Portari nº 2865/2025

Neide Lorencena
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Decreto nº 4484/2025

Eliane Teresinha Gattini Ferreira
Secretária Municipal de Assistência Social.
Decreto nº 4499/2025

CLAIR MARIANO DA COSTA
Secretária Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças.
Decreto nº 4.496/2025



ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2025
(REGISTRO DE PREÇOS)

Validade da Ata: xx/xx/202x

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE, inscrita no CNPJ 76.995.380/0001-03 localizada na Avenida Iguaçu, 281, Centro – São Jorge D'Oeste - Pr, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal n. 3927/2023 e das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico 90014/2025, homologado por Gelson Coelho do Rosário, Prefeito, para a **Registro de Preços, visando à futura e eventual aquisição de ALIMENTOS PERECÍVEIS, para suprir as necessidades das diversas Secretarias Administrativas Municipais, no atendimento às demandas no desenvolvimento dos serviços públicos, quando na realização de conferências municipais, atendimento a merenda escolar, e programas assistenciais amparados por legislação municipal do Município de São Jorge D'Oeste/PR, conforme o edital e todos os anexos, nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1** A presente Ata possui a finalidade de registrar os preços obtidos no Pregão Eletrônico nº 90014/2025 para a **Registro de Preços, visando à futura e eventual aquisição de ALIMENTOS PERECÍVEIS, para suprir as necessidades das diversas Secretarias Administrativas Municipais, no atendimento às demandas no desenvolvimento dos serviços públicos, quando na realização de conferências municipais, atendimento a merenda escolar, e programas assistenciais amparados por legislação municipal do Município de São Jorge D'Oeste/PR, conforme as especificações e exigências contidas no Termo de Referência, anexo ao Edital do processo licitatório.**
- 1.2** Salienta-se que a Administração não está obrigada a adquirir as quantidades estimadas e dispostas no edital deste Pregão Eletrônico.
- 1.3** Nos valores registrados já estão inclusas todas as despesas com entrega, instalações/adequações do objeto; materiais; mão-de-obra, encargos sociais; trabalhistas e previdenciários; combustível; deslocamento de veículos; seguro; lucros, todos e quaisquer tributos e encargos pertinentes independentemente da quantidade que venha a ser registrada na Ata, bem como, todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS



2.1 Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

ITEM/LOTE 01 – adjudicado para [razão social da empresa arrematante, CNPJ, endereço completo e telefone] representado por [nome do representante, indicar a qualificação, RG/CPF, endereço, e-mail e telefone], conforme quadro a seguir:

ITEM/LOT	Descrição	Unidad	Quantidad	Preço unitário registrado	Preço total registrado	Validade d Ata
01						

ITEM/LOTE 02 – adjudicado para [razão social da empresa arrematante, CNPJ, endereço completo e telefone] representado por [nome do representante, indicar a qualificação, RG/CPF, endereço, e-mail e telefone], conforme quadro a seguir:

ITEM/LOT	Descrição	Unidad	Quantidad	Preço unitário registrado	Preço total registrado	Validade d Ata
02						

ITEM/LOTE 03 – adjudicado para [razão social da empresa arrematante, CNPJ, endereço completo e telefone] representado por [nome do representante, indicar a qualificação, RG/CPF, endereço, e-mail e telefone], conforme quadro a seguir:

ITEM/LOT	Descrição	Unidad	Quantidad	Preço unitário registrado	Preço total registrado	Validade d Ata
03						

(*Listar todos os itens/lotos)

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade.

3.2 Quando existir prorrogação da vigência da ata, os quantitativos registrados poderão ser renovados até o limite do quantitativo original.

3.3 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.



CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Com objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro, a Administração promoverá o **reajuste de preços** mediante apostila, e aplicará o do Índice IPCA ou INPC o que representar maior vantagem ao contratante. Ainda, o termo inicial será a data do orçamento estimado realizado na etapa preparatória, ou seja, será considerado o mês de março de 2024, desde que decorrido no mínimo 1 (um) ano de referido marco temporal.

4.2 A **repactuação de preços** também ocorrerá mediante apostila, e terá como termo inicial no mínimo 1 (um) ano da apresentação das propostas.

4.3 A **revisão de preços** registrados será realizada mediante solicitação do fornecedor ou da Administração, a qualquer tempo durante a vigência da ata, com objetivo de restabelecer a relação econômico-financeira entre as partes, será formalizada mediante aditivo, observando o disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

4.3.1 O pedido realizado pelo fornecedor para revisão de preços será analisado e respondido no prazo de 10 (dez) dias úteis, e seus efeitos, via de regra, ocorrerão a partir da data do protocolo.

4.3.2 A emissão de nota de empenho ou ordem de fornecimento, não configurará óbice para analisar o pedido de revisão.

4.3.3 A execução do objeto ou a extinção da ata de registro de preços, não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que a revisão poderá ser concedida por meio de termo indenizatório.

4.3.4 Para pedidos de revisão realizados antes da vigência da ata, produzirá seus efeitos após o início da vigência.

4.4 No caso de existência de garantia da execução, nos termos do § 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021, o gestor da ata enviará o termo de apostilamento ou o aditivo com atualização de preços para o fornecedor promover a complementação da garantia, no prazo de 10 (dez) dias teis.

4.5 As comunicações sobre atualização de preços ocorrerão entre o Gestor da Ata e o Preposto da empresa fornecedora, conforme os dados apresentados no preenchimento da proposta no Anexo do edital "Informações Necessárias para a Contratação".

CLÁUSULA QUINTA - DO COMPROMISSO DO(S) FORNECEDOR(ES)

5.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante a vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.



CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pela Administração quando:

6.1.1 o fornecedor for liberado;

6.1.2 o fornecedor descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3 o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4 o fornecedor sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021;

6.2 O cancelamento do preço registrado será autuado no processo administrativo da licitação e ensejará o aditamento da Ata.

6.3 Será assegurado o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor do preço cancelado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, a Administração poderá realizar nova contratação, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente:

7.1.1 pela encerramento de sua vigência;

7.1.2 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;

7.1.3 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

CLÁUSULA OITAVA - MODO E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 O objeto será executado nos prazos e condições fixadas no **Termo de Referência**.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;



9.1.2 cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.1.3 responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.4 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, modelo, procedência e prazo de garantia;

9.1.5 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.6 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 03 dias úteis, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.7 realizar as entregas do objeto no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho ou ordem de fornecimento, e no horário estipulado pelo órgão.

9.1.8 comunicar ao Órgão, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.9 manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

9.1.10 aceitar nas mesmas condições os acréscimos que se fizerem necessárias ao fornecimento do objeto.

9.1.11 promover, no prazo estipulado, a complementação da garantia de execução, quando for o caso, após ocorrer o reajuste, a repactuação ou a revisão de preços registrados;

9.1.12 acatar todas as orientações da Administração, emanadas pelo gestor e fiscal da ata, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10. Constituem obrigações deste Órgão:

10.1 realizar a fiscalização da ata, através de servidores especialmente designados será exercida pelos servidores elencados no Anexo I do Decreto nº. 4.116/2023 e suas respectivas alterações para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º da Lei federal nº 14.133/21, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º da Lei federal nº 14.133/21.

10.2 realizar a gestão da ata, através de servidor especialmente designado a cargo do responsável pela Secretária de Saúde, José Ivar dos Santos, Decreto nº 4305/2024.

10.3 O fiscal e gestor da ata, conforme atribuições tomarão conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;



- 10.4** Emitir de nota de empenho ou ordem de fornecimento quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
- 10.5** receber a mercadoria no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- 10.6** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.7** comunicar ao preposto do fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.8** verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado, principalmente em relação aos valores praticados e indicar a necessidade da realização do reajuste, de repactuação e da revisão de valores;
- 10.9** zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, edital e anexos;
- 10.10** registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Tribunal de Contas do Estado e no Portal da Transparência do Órgão [Portal da Transparência \(pmsjorge.pr.gov.br\)](http://Portal da Transparência (pmsjorge.pr.gov.br)) as eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;
- 10.11** providenciar as devidas publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 10.12** o Órgão não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelos fornecedores com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ações do(s) fornecedor(es), de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS

11.1 A presente ata de registro de preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas, unilateralmente pela Administração, quando:

- 11.1.1** Existir modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- 11.1.2** Existir necessidade de modificar o valor registrado em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 14.133/21;
- 11.2** As alterações qualitativas e quantitativas na presente ata de registro de preços observarão os requisitos dispostos no art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 11.3** Quando existir prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá ocorrer a renovação dos quantitativos registrados, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.



11.4 A renovação dos quantitativos registrados respeitará o limite do quantitativo original, acrescido de eventual aditivo quantitativo realizado no primeiro ano de vigência da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente ata correrão por conta da(s) seguinte(s) Dotação(ões) orçamentária(s) no Exercício:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	880	03.001.08.244.0012.2014	0	3.3.90.30.07.99	Do Exercício
2025	1800	07.001.04.122.0004.2026	0	3.3.90.30.07.99	Do Exercício
2025	3020	10.001.12.361.0013.2046	0	3.3.90.30.07.99	Do Exercício
2025	3440	10.001.12.361.0013.2048	0	3.3.90.32.05.00	Do Exercício
2025	3450	10.001.12.361.0013.2048	141	3.3.90.32.05.00	Do Exercício
2025	3730	10.005.13.392.0014.2052	0	3.3.90.30.07.99	Do Exercício
2025	3850	10.006.27.812.0015.2053	0	3.3.90.30.07.99	Do Exercício
2025	4070	11.001.10.301.0011.2055	0	3.3.90.30.07.99	Do Exercício
2025	4820	12.002.26.782.0009.2066	0	3.3.90.30.07.99	Do Exercício

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

13.1 O fornecedor somente poderá emitir nota fiscal/fatura após a emissão da respectiva nota de empenho.

13.2 O fornecedor emitirá nota fiscal e enviará a Administração, a qual dará o aceite definitivo no recebimento do objeto, após a devida conferência pelo servidor responsável pelo recebimento.

13.3 O Município efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo do objeto.

13.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX/100)/365

TX = percentual da taxa



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de São João – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

15.1 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da transparência pmsjorge.pr.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

16.1 O MUNICÍPIO é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

16.2 Não serão admitidas adesões à(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrente(s) desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Comete infração administrativa nos termos dos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, a contratada que, na fase de execução contratual:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/2021, conforme Artigo 156, seguintes sanções:

I - **Advertência:** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na *alínea a*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II - **Multa:** Será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável de forma cumulativa a qualquer que seja a infração apontada nas *alíneas* acima e por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14133/2021;

III - **Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de três anos:** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas *alíneas b, c, d, e, f, g*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública unicipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:** Esta sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas *alíneas h, i, j, k, l*, bem como pelas infrações administrativas previstas nas *alíneas b, c, d, e, f, g*, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no inciso III (impedimento de licitar e contratar), e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.3 - Conforme o § 1º do artigo 156 da Lei 14.133/2021, na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4 - A sanção estabelecida no inciso IV do item 6.9.3 (DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR) será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de **competência exclusiva da autoridade máxima da entidade**;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

17.5 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do sub item 6.9.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com sanção a prevista no inciso II deste mesmo sub item.

17.6 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse



valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.7 - A aplicação das sanções previstas no item 6.9.3 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.8 - Conforme o Art. 157 da Lei 14.133/2021, na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 6.9.3, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.9 - Conforme o Art. 158 da Lei 14.133/2021, a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 6.9.3 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.10 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

17.11 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

17.12 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

17.13 - Conforme o Artigo 159 da Lei 14133/2021, os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

17.14 - Conforme o Art. 160 da Lei 14.133/2021, a personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.15 - Conforme o Art. 161 da Lei 14.133/2021, os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

17.16 - Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do **item 6.9.3 deste Termo de Referência**, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e



as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

17.17 - De acordo com o Art. 162 da Lei 14.133/2021, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

17.18 - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

17.19 - Conforme o Artigo 163 da Lei 14.133/2021, é admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

17.20 - A sanção pelas infrações previstas na alínea h, I, do item 6.9.1 deste Termo de Referência, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

17.21 - Fica admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade atendendo cumulativamente aos seguintes critérios: reparação integral do dano causado à Administração Pública; pagamento da multa; transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade; cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - OUTRAS DISPOSIÇÕES

18.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas na presente Ata serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições da Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores, bem como nos regulamentos municipais.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento para fins de contratação.

Local e data

Assinaturas



ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2025
PREGÃO Nº 90014/2025- FORMATO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇOS

Razão Social:

Nome de Fantasia (se houver):

CNPJ nº

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico (e-mail):

OBS: A proposta de preços deverá observar a descrição especificada no termo de referência Anexo I do Edital

Item	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total.

Valor Global da Proposta (por extenso):

Prazo de validade da proposta:

Representante:	Nome:
	CPF:
	RG:

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta.

E em consonância aos referidos documentos, declaramos que:

- 1 - Que estamos cientes e concordamos com os Termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta do Contrato em anexo;
- 2 - Que o prazo de validade da presente proposta, é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura do certame;
- 3 - Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos;
- 4 - Que o prazo de entrega é o constante no anexo I do Edital de Abertura do Certame.
- 5 - A Nota Fiscal/Fatura deve, obrigatoriamente, ser entregue junto com o objeto, e conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Edital, o número do item e a quantidade do equipamento entregue, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação da Nota Fiscal para pagamento;

Obs.: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no edital.

Local e data.



Identificação e assinatura do representante ou credenciado

- A licitante deverá preencher sua proposta, conforme item 7.1 deste Edital.*
- Emitir em papel timbrado da empresa e apor carimbo da empresa juntamente com a assinatura do seu representante.*



EDITAL DE PREGÃO Nº 90014/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2025
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de Preços, visando à futura e eventual aquisição de ALIMENTOS PERECÍVEIS, para suprir as necessidades das diversas Secretarias Administrativas Municipais, no atendimento às demandas no desenvolvimento dos serviços públicos, quando na realização de conferências municipais, atendimento a merenda escolar, e programas assistenciais amparados por legislação municipal do Município de São Jorge D'Oeste/PR.

ANEXO - IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)

Ao pregoeiro e equipe de apoio

Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2025

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, que no ano calendario vigente não atingiu ou extrapolou os limites estabelecidos no Art. 4º § 2º da Lei Federal 14.133/2021, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa e não tenha atingido no ano calendário os limites estabelecidos no Art. 4º § 2º.

1) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.



2) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do contrato.**

5) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

6) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

7) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do **contrato**, referente ao Pregão Eletrônico n.º Nº 90014/2025 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

..... de 2025.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)